

## Arteris S.A.

Companhia Aberta | CNPJ/MF nº 02.919.555/0001-67

### Mensagem do Presidente

Passado um desafiador ciclo de instabilidade econômica e política, o ano começou com a real possibilidade de o Brasil realizar reformas macroeconômicas e viabilizar a retomada do crescimento por meio da infraestrutura, o que oferece perspectivas positivas para o setor de concessões. A Arteris, diante deste cenário, está preparada para avaliar oportunidades e participar do desenvolvimento do setor de concessões rodoviárias. A companhia segue dedicada às iniciativas que visam maior eficiência operacional e de custos, buscando novas formas de prestar com excelência os serviços aos usuários. Além disso, está também concentrada em fortalecer seus fundamentos financeiros e sua estrutura de alavancagem. Por meio dessas medidas, queremos nos colocar como plataforma competitiva no segmento de concessões rodoviárias, preparada para avaliar oportunidades nos mercados primário e secundário, com disciplina financeira e no uso do capital. Desta forma, asseguraremos o desenvolvimento da companhia, de seus colaboradores, de seus acionistas e do setor de infraestrutura no Brasil.

Andre Dorf – Presidente da Arteris

### Relatório da Administração

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Arteris S.A. ("Arteris" ou "Companhia") submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31/12/2018.

**Destacados:** • Início da Cobrança de Pedágio em 3 praças da ViaPaulista; • Assinatura do contrato de financiamento da ViaPaulista junto ao BNDES no valor de R\$ 3,65 bilhões; • Conclusão do plano de investimentos inicial da ViaPaulista; • Emissão de Notas Promissórias na Autopista Régis Bittencourt no valor de R\$ 600 milhões; • Emissão de Debêntures na Intervias no valor de R\$ 800 milhões.

**Perfil:** A Arteris desempenha importante papel no setor de infraestrutura rodoviária brasileira, sendo responsável por investimentos direcionados à melhoria, ampliação, conservação e operação de rodovias, no âmbito dos programas de concessão do Governo do Estado de São Paulo e do Governo Federal. A Companhia por meio de suas concessionárias opera e administra cerca de 3,4 mil quilômetros de estradas, que interligam o principal polo econômico do País – situado entre os estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e Santa Catarina – caracterizado por sua elevada densidade demográfica. Ao todo são nove concessionárias, sendo quatro no Estado de São Paulo e cinco no âmbito federal, todas empresas de capital aberto (exceto à ViaPaulista S.A.), e controladas 100% pela Arteris – Autovias S.A. (Autovias), Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. (Centrovias), Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. (Intervias), ViaPaulista S.A. (ViaPaulista), Autopista Fernão Dias S.A. (Fernão Dias), Autopista Fluminense S.A. (Fluminense), Autopista Litoral Sul S.A. (Litoral Sul), Autopista Planalto Sul S.A. (Planalto Sul) e Autopista Régis Bittencourt S.A. (Régis Bittencourt). A Companhia detém ainda o controle da empresa Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (Latina Manutenção), sociedade criada com fim de fiscalização, gerenciamento de obras, sinalização e manutenção de rodovias.

**Eventos Relevantes – ViaPaulista: Início da cobrança de pedágio na concessionária:** Conforme previsto no Contrato de Concessão, após a conclusão das obras previstas no plano de investimento inicial, a ARTESP autorizou em 25/01/2019 o início da cobrança de pedágio em 3 praças da concessionária ViaPaulista conforme descritas abaixo:

#### Praça de Pedágio

SP 255 – Boa Esperança do Sul (KM 117+220)  
SP 255 – Jau (KM 165+600)  
SP 255 – Cel. Macedo (KM 331+500)

**ViaPaulista – Assinatura Contrato Financiamento de Longo Prazo junto ao BNDES:** Em 13 de dezembro 2018, a ViaPaulista S.A. firmou com o BNDES um contrato de financiamento contemplando 100% dos itens financeiros do projeto. O volume total do financiamento é de R\$ 3,65 bilhões e possui um prazo final de 27 anos. A taxa de juros acordada para esse financiamento é de IPCA + 6,42% a.a. **Vianorte – Transferência do trecho sob concessão:** Em 17/05/2018 a Vianorte realizou a transferência do sistema remanescente para o vencedor do processo de licitação. Durante o processo de transição instalado pela ARTESP, a Companhia colaborou de forma ampla e abrangente com a nova administradora do trecho, assegurando assim a passagem das responsabilidades de forma ordenada e segura, garantindo a perfeita manutenção das operações para os usuários.

**Desempenho Econômico-Financeiro – Receita Bruta de Serviços:** No exercício social de 2018, a Arteris registrou receita bruta de R\$ 4,1 bilhões, uma redução de 12,0% em relação ao ano anterior. Este resultado foi impulsionado principalmente pela queda na Receita de Obras, a qual é uma representação contábil e não possui efeito caixa, em função da entrega de grandes obras realizadas pela Companhia nos últimos anos.

EBITDA e EBITDA Ajustado (Em milhares de reais)	2018	2017	Var%
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>3.855.646</b>	<b>4.406.011</b>	<b>-12,5%</b>
Custos e Despesas (excluí depreciação e amortização)	(2.601.066)	(2.854.475)	-9,0%
<b>EBITDA<sup>1</sup></b>	<b>1.254.580</b>	<b>1.551.536</b>	<b>-19,1%</b>
Margem EBITDA	48,0%	57,4%	-9,4 p.p.
(+) Provisão para manutenção de rodovias	432.660	224.654	92,6%
<b>EBITDA Ajustado<sup>2</sup></b>	<b>1.687.240</b>	<b>1.776.190</b>	<b>-5,0%</b>
Margem EBITDA Ajustado	64,6%	65,7%	-1,1 p.p.

<sup>1</sup> EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

<sup>2</sup> Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01). A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício.

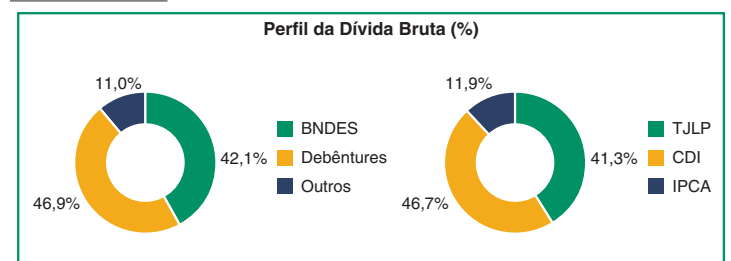
**Resultado Financeiro:** A Companhia apresentou ao final de 2018 um resultado financeiro negativo de R\$ 514,5 milhões, um aumento de 33,5% em relação a 2017, que havia registrado resultado negativo de R\$ 385,3 milhões. Este resultado é proveniente, da combinação dos seguintes fatores: • As despesas financeiras totalizaram R\$ 568,8 milhões, aumento de 26,7% em relação ao ano de 2017. Esse crescimento é explicado principalmente por um aumento do endividamento bruto médio ao longo do ano e também pelo ajuste a valor presente e atualização monetária do ônus da concessão ViaPaulista. • Em 2018, a receita financeira foi de R\$ 82,8 milhões, um crescimento de 25,3% em relação ao ano de 2017, impactada principalmente pelos rendimentos de um saldo médio maior de caixa e pela variação cambial sobre o empréstimo em moeda estrangeira. **Lucro Líquido:** Em 2018, a Companhia registrou prejuízo líquido consolidado de R\$ 189,1 milhões, em comparação ao lucro de R\$ 246,9 milhões registrado em 2017. Essa variação é explicada principalmente por efeitos não caixa decorrentes do aumento da rubrica de provisão para manutenção e da rubrica de depreciação e amortização, que derivam basicamente do grande volume de obras entregues pela Companhia nos últimos anos, aumentando o seu ativo intangível. Além dos efeitos contábeis não caixa, o término da concessão da Vianorte, a greve dos caminhoneiros e a suspensão da cobrança dos eixos suspensos também tiveram efeitos no resultado, entretanto, os efeitos da suspensão da cobrança dos eixos suspensos serão integralmente reequilibrados de acordo com o contrato de concessão. O resultado consolidado da Companhia difere do resultado contábil individual da Arteris (holding), a qual registrou um prejuízo de R\$ 198,5 milhões em 2018, sendo este a base para a apuração de dividendos a serem distribuídos aos acionistas. Esta diferença, conforme descrito na Nota Explicativa nº 3, advém do fato das demonstrações financeiras individuais terem sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais, no caso da Arteris S.A., diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras individuais pela opção da manutenção do saldo de ativo disponível, existente em 31/12/2008, que vem sendo amortizado. **Endividamento:** Em 31/12/2018, a dívida líquida da Companhia era de R\$ 6,0 bilhões, um aumento de 14,0% em relação a 2017, quando registrou R\$ 5,3 bilhões. Em 31/12/2018, o nível de alavancagem medido pelo EBITDA Ajustado foi de 3,6x, contra um índice de 3,1x em 31/12/2017.

Endividamento (Em milhares de reais)	2018	2017	Var%
<b>Dívida Bruta</b>	<b>7.193.512</b>	<b>6.092.736</b>	<b>18,1%</b>
Curto Prazo	1.092.444	1.069.235	2,2%
Longo Prazo	6.101.068	5.023.501	21,5%
<b>Posição de Caixa</b>	<b>1.156.555</b>	<b>802.365</b>	<b>44,1%</b>
Caixa e equivalentes de caixa	1.038.259	698.941	48,5%
Aplicações financeiras vinculadas <sup>1</sup>	118.296	103.424	14,4%
<b>Ajuste de posição derivativos</b>	<b>8.921</b>	<b>1.862</b>	<b>379,1%</b>
<b>Dívida Líquida</b>	<b>6.028.036</b>	<b>5.288.509</b>	<b>14,0%</b>

<sup>1</sup> Curto e longo prazos

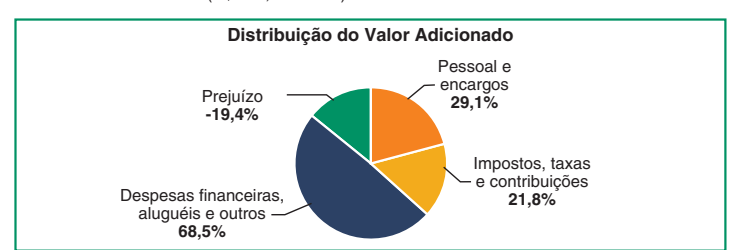
Os principais movimentos relacionados ao endividamento bruto estão detalhados a seguir: **Empréstimos BNDES:** A Arteris conta com recursos de longo prazo, concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para financiar os programas de investimento das concessões federais da Companhia. Desta forma, todas as 5 concessionárias federais contam com linhas de financiamento de longo prazo aprovadas, garantindo os recursos necessários para a implantação das principais obras contratuais até o final do período de concessão. Até 31/12/2018, foram desembolsados aproximadamente R\$ 4,1 bilhões referente à essas linhas de crédito, restando um saldo a utilizar de R\$ 620,5 milhões. Adicionalmente, em 13/12/2018, foi firmado entre a ViaPaulista e o BNDES um contrato de abertura de crédito no valor de R\$ 3,6 bilhões, entretanto, essa linha será desembolsada *pari passu* com a execução dos investimentos e ainda não teve nenhuma parcela desembolsada.  **Mercado de Capitais: Intervias:** em junho de 2018, foi realizada a 5ª emissão de Debêntures, no valor de R\$ 800 milhões, dividida em 4 séries, sendo: • 1ª série com custo de CDI+0,47%, pagamento de juros semestrais e vencimento em 15/05/2020. • 2ª série com custo de CDI+0,90%, pagamento de juros semestrais e vencimento em 15/05/2023. • 3ª série com custo de CDI+1,35%, pagamento de juros semestrais e vencimento em 15/05/2025. • 4ª série com custo de IPCA+6,76%, pagamento de juros semestrais e vencimento em 15/05/2025. **Régis Bittencourt:** Em 27/12/2018, foi realizada a 5ª emissão de Notas Promissórias da concessionária no valor de R\$ 600 milhões ao custo de 107% do CDI e vencimento em 27/06/2020. **Contratação de Empréstimo em Moeda Estrangeira:** Em 25/09/2018, foi realizada pela Arteris a contratação de um empréstimo em moeda estrangeira no valor de US\$ 50,0 milhões de dólares, pagando uma taxa de variação cambial + 4,31% e vencimento em 24 meses. Na mesma data de contratação do empréstimo a Companhia contratou um Swap para proteção cambial, pagando uma taxa equivalente a CDI + 1,15% e vencimento na mesma data do contrato de empréstimo.

**Endividamento Bruto:**



Em 31/12/2018, a dívida bruta consolidada da Companhia (empréstimos e financiamentos mais debêntures) totalizava R\$ 7,2 bilhões, sendo que deste montante 41,4% correspondia a contratos indexados a TJLP, 46,7% correspondia a contratos atrelados ao CDI e 11,9% a contratos atrelados ao IPCA. **Ônus Fixo pago ao Poder Concedente:** De acordo com as condições estabelecidas nos contratos de concessão, as concessionárias estaduais devem pagar ônus fixo ao poder concedente como contrapartida pela outorga da concessão. No ano de 2018, as concessionárias estaduais pagaram ao Poder Concedente, R\$ 30,0 milhões a título de ônus fixo. **Manutenção das Rodovias:** No ano de 2018, as concessionárias estaduais e federais desembolsaram, como pagamento de manutenções realizadas em suas rodovias, o total de R\$ 476,3 milhões. **Investimentos:** Considerando todas as intervenções de melhoria e manutenção, a Companhia realizou investimentos no valor de R\$ 1,7 bilhão, uma redução de 25,0% em relação ao ano de 2017 que havia contabilizado R\$ 2,2 bilhões. Deste total, 57% foram destinados às concessionárias federais. As obras mais relevantes no período, para as quais os investimentos da Companhia foram destinados, são as seguintes: **Autopista Fluminense:** Ao longo do exercício, a Concessionária manteve o intenso ritmo de obras de duplicação da Rodovia BR 101/RJ entre os municípios de Rio Bonito e Campos dos Goytacazes, iniciadas no 3T11 após a obtenção da Licença de Instalação junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). A obra contempla a Duplicação de 176,6 quilômetros, dos quais 126,3 quilômetros foram concluídos até 2018. Dos 50,3 quilômetros restantes, 1,7 quilômetros estão em contratação, 3,0 quilômetros estão aguardando liberação da ANTT (Casimiro de Abreu) e 45,6 quilômetros estão aguardando Licenciamento Ambiental. Outras melhorias vêm sendo executadas na rodovia, como a conclusão da Correção de Traçado do km 93+600 ao km 101-900 (8,3 km), 6 Passarelas e 2 Trevos em Desnível. Também em 2018 a concessionária iniciou as obras de Passagem de Fauna (34 unidades) e de um Viaduto Vegetado do km 218. **Autopista Fernão Dias:** Após ter concluído em 2013 a implantação do Contorno de Betim (MG), trecho de 8,1 quilômetros, possibilitando a criação de uma alternativa para o tráfego rodoviário de longa distância que trafegava pelo município, a concessionária, cumpriu o cronograma de suas principais obras contratuais. Porém outras melhorias vêm sendo executadas na rodovia, como o início da obra de Melhoria de Acesso do km 791+630 no município de São Gonçalo do Sapucaí/MG e a conclusão da Adequação do Trevo do km 25+800 no município de Bragança Paulista/SP e Adequação do Sistema Viário do Posto Fiscal do km 949-000 no município de Extrema/MG. **Autopista Régis Bittencourt:** A Duplicação da Serra do Cafezal (BR-116/SP), principal obra da concessionária foi concluída em 19/12/2017 com início da operação nos seus 30,5 quilômetros, contemplando a construção de 4 túneis e 39 pontes e viadutos. Outras melhorias vêm sendo executadas na rodovia, como a conclusão de 1 Trevo em Desnível no km 17+000 – Acesso Norte Curitiba no município de Curitiba/PR, 1 Passarela sobre Pista Dupla, Retorno Operacional no km 352-000 e 351+500 e a Implantação da Área de Escape no km 353+000 localizados na Serra do Cafezal. **Autopista Planalto Sul:** A principal obra da Concessionária é a Duplicação de 25,4 quilômetros da BR-116/PR entre Curitiba (PR) e Mandirituba (PR), que foi concluída em dezembro de 2017. Durante o ano, foi realizada a implantação de 12,6 quilômetros de Terceira Faixa entre os municípios de Mafra, Itaipópolis e Santa Cecília/SC e a conclusão das obras de Conteções entre os km 103,380 ao km 108,770 na Serra do Espigão. **Autopista Litoral Sul:** O Contorno de Florianópolis, uma das mais importantes obras para a região, foi iniciado em maio de 2014, logo após a emissão da Licença de Instalação pelo IBAMA para um trecho de 14 quilômetros. Posteriormente em maio de 2015 houve a emissão de uma Licença Ambiental retilificadora, abrangendo uma extensão total de 47 quilômetros. Atualmente estão em andamento as obras no Trecho Norte e Trecho Intermediário, contendo 4 trevos em desnível, sendo que o Trevo do km 204+200 está em andamento e o do km 215+380 encontra-se concluído, e 13 passagens inferiores sendo que destas 6 estão em andamento e 3 estão concluídas. Em 2018, a Concessionária concluiu também a implantação de 1 Trevo em Desnível no km 140+300 no município de Balneário Camboriú/SC e 1 Passagem em Desnível Inferior no km 646+050 no município de Tijucas do Sul/PR. **Autovias:** Foi concluída em dezembro de 2016, a duplicação de 2,1 quilômetros da SP 318, entre os km 241 e 243,1 com 1 Trevo em Desnível e 1 Passarela, no município de

São Carlos. Foi iniciada em março de 2016 a Duplicação da Rodovia SP-345 entre os municípios de Itirapua/SP e Patrocínio Paulista/SP numa extensão de 9,5 quilômetros com a implantação de 3 trevos e 1 Ponte sobre o Rio Sapucaizinho, que se encontra concluída desde outubro de 2017. **Intervias:** Em fevereiro de 2016 a Companhia concluiu as obras de implantação de 5,0 quilômetros referente à segunda etapa do Contorno Viário de Mogi Mirim (SP), além da conclusão da Duplicação da SP-147 km 64+800 ao km 85+700 contemplando 20,9 quilômetros entre os municípios de Mogi Mirim/SP e Engenheiro Coelho/SP, incluindo 2 Passagens Inferiores e 2 Passagens Superiores. Em novembro de 2017 foi iniciada a Duplicação da rodovia SP-147 entre os km 88+150 ao km 104+900 no município de Limeira e Engenheiro Coelho/SP, numa extensão de 16,75 quilômetros contendo 5 Trevos em Desnível, encontrando-se 4 deles em andamento e 1 concluído no km 104+680, além da conclusão de 1 Ponte no km 93+900, ambas localizadas no município de Limeira/SP. Também em 2018, a Concessionária iniciou a implantação da Duplicação da rodovia SP-191 que foi dividida em 2 trechos, o primeiro contempla a duplicação entre os km 49+700 ao km 52+700 no município de Araras/SP e o segundo trecho dos Km 70+200 e Km 74+721 no município de Rio Claro/SP, incluindo também a construção de 4 Dispositivos e a implantação de 1 Ponte. Porém, outras melhorias vêm sendo executadas na rodovia como a implantação de 4,0 quilômetros de Faixa Adicional nos municípios de Casa Branca/SP e Itapira/SP e 1 Passarela no Km 51+200 localizada no município de Araras/SP. **Centrovias:** Em 2018 foi concluída a Implantação do Complexo Viário localizado na Rodovia SP-225 no município de Itirapua/SP que englobou a implantação de 9,2 quilômetros de Vias Marginais, 6 quilômetros de Ciclo Faixa e Passeio para Pedestre, 1 Passarela, 1 Dispositivo de Retorno em Desnível no km 94 na SP 225 e iluminação. **ViaPaulista:** Em 2018 foi concluída a Implantação das 5 Praças de Pedágio, sendo elas: P1, Km 331+500 localizada no município de Cel. Macedo/SP, rodovia SP-255; P2, Km 306+000 localizada no município de Itai/SP, rodovia SP-255; P3, Km 229+040 localizada no município de Botucatu/SP, rodovia SP-255; P4, Km 165+400 localizada no município de Jau/SP, rodovia SP-255; P5, Km 117+220 localizada no município de Boa Esperança do Sul/SP, rodovia SP-255. Além da conclusão de 8 Bases SAU (Sistema de Atendimento ao Usuário), sendo elas: SAU 1 – km 353+130, SAU 2 – km 323+280, SAU 3 – km 301+550, SAU 4 – km 218+850, SAU 5 – km 200+790, SAU 6 – km 166+530, SAU 7 – km 134+480, SAU 8 – km 99+320. **Valor Adicionado:** A Arteris gerou em 2018, em termos consolidados, valor adicionado de R\$ 955,0 milhões. Esse valor é resultante das receitas oriundas da prestação de serviços (R\$ 4,1 bilhões), menos custos relativos à concessão e construção, materiais e bens de consumo, serviços de terceiros e depreciação e amortização (R\$ 2,3 bilhões), mais dividendos, juros capitalizados e outras receitas financeiras (R\$ 141,7 milhões).



**Informações divulgadas pela Abertis:** As demonstrações financeiras e operacionais divulgadas pela Abertis referentes à Arteris, não são necessariamente idênticas aos resultados reportados pela Companhia, uma vez que a regras do IFRS no Brasil apresentam algumas diferenças com os critérios de IFRS reportados pela Abertis. A Abertis também inclui em seus resultados determinados impactos relacionados ao tratamento contábil da transação de compra da Participes em Brasil S.L., sociedade controladora de 82,3% da Arteris. A evolução de tráfego das concessionárias da Companhia medida pelo IMD (Intensidade Média Diária), conceito habitualmente utilizado pela Abertis para medir o desempenho de tráfego, representa o volume médio diário de tráfego da concessionária, em veículos absolutos, e é calculado pela média diária de veículos em cada praça de pedágio, ponderada pela quilometragem da rodovia. **Dividendos:** Os acionistas têm direito a receber, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Em relação ao lucro apurado no exercício de 2017, a Companhia deliberou no dia 27/04/2018 o pagamento de R\$56,4 milhões, o que representou um *pay-out* de 25%. Por deliberação unânime dos acionistas, esse valor foi integralizado no capital social da Companhia. Em relação ao exercício social encerrado em 31/12/2018 não foram deliberados pagamentos de dividendos intermediários. **Profissionais:** A Arteris conta com 4.607 profissionais em seu quadro de pessoal, dos quais 57,3% estão alocados nas concessionárias federais, 25,3% nas estaduais, 9,1% na construtora do grupo e o restante, 8,3%, em sua *holding*. **Sustentabilidade:** A Arteris é uma companhia que conduz seus negócios e tomadas de decisões de forma sustentável, garantindo que sua atuação esteja atrelada a um planejamento estratégico alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Para o Grupo, a sustentabilidade do negócio tem como objetivo oferecer soluções e grandes entregas para o desenvolvimento da infraestrutura brasileira, além de gerar valor para todos os seus stakeholders e comunidades próximas a sua operação. Nesse contexto, a Arteris trabalha cinco pilares estratégicos que visam orientar o planejamento da companhia. São eles: integridade, crescimento e rentabilidade, pessoas, segurança, e relações e diálogo. Além disso, o Grupo possui outros dois temas transversais que permeiam todos os pilares: ação social e tecnologia e inovação. **Integridade:** A integridade está no DNA da Arteris e em tudo o que ela faz. Atualmente, a companhia conta com um Programa de Integridade, cujo objetivo é garantir que todos os departamentos da companhia estejam igualmente alinhados com o tema, atuando dentro dos padrões da ética e com transparência. Dentro do Plano de Sustentabilidade da Arteris, a integridade é uma premissa que vai além de gerar uma boa reputação para a companhia. Ela é princípio fundamental para todas as ações do Grupo em seus mecanismos de controle, na implantação de políticas e práticas anticorrupção e no atendimento à legislação e regras. Constantemente, o Grupo apresenta suas práticas de governança perante o setor, a fim de ampliar os mecanismos de avaliação e controle de riscos de compliance. Nesse contexto, em 2018, a Arteris e todas as empresas pertencentes ao Grupo aderiram ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, criado pelo Instituto Ethos. Ao assinar o Pacto, o Grupo assumiu o compromisso de divulgar a legislação brasileira anticorrupção para seus colaboradores e públicos de interesse, a fim de que ela seja cumprida em sua totalidade. Além disso, se comprometeu a impedir qualquer forma de suborno, trabalhar pela legalidade e primar pela transparência de informações e colaboração em investigações, quando necessário. **Crescimento e Rentabilidade:** Ao longo dos anos, a Arteris tem se consolidado no setor como uma empresa focada em crescimento do negócio, tanto por meio de suas concessões existentes como pelo mapeamento de novas oportunidades no setor. Oferecer serviços com excelência aos usuários e buscar projetos rentáveis para o Grupo e seus acionistas são as premissas que norteiam esse pilar e todas as iniciativas da companhia. Além disso, a Arteris é comprometida com os cuidados com o meio ambiente, desenvolvendo iniciativas de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas por suas operações. Ano a ano, os investimentos do Grupo em infraestrutura, excelência operacional, campanhas de conscientização e comunicação vêm contribuindo para transformar a realidade das rodovias concedidas, aprimorando continuamente suas condições de tráfego, comodidade e segurança, ao mesmo tempo em que favorecem o crescimento sustentável do negócio do ponto de vista financeiro. **Pessoas:** A Arteris conduz o desenvolvimento de seus colaboradores de forma que o crescimento pessoal e profissional de cada um estimule o crescimento do negócio. Reter talentos e engajar o público interno nos temas voltados para sustentabilidade estão entre as prioridades estratégicas da companhia. Adicionalmente, a empresa trabalha constantemente para conectar o desenvolvimento de seus profissionais com ações de voluntariado. O programa de voluntários do Grupo oferece aos colaboradores da Arteris a possibilidade de praticarem a cidadania, em linha com os valores da companhia. **Segurança:** O respeito à vida é parte integrante do Plano de Sustentabilidade da companhia, que tem como um dos principais desafios buscar zero fatalidades e liderar o debate para o desenvolvimento de ações conjuntas e estruturadas sobre o tema, fortalecendo a cultura de mobilidade segura na sociedade. Quando se fala de sustentabilidade, a Arteris acredita que a segurança reflete o impacto positivo do negócio para a sociedade, seja por meio da excelência da operação, seja pela transformação no comportamento provocada pelas campanhas e programas da companhia voltados para educação no trânsito. A Arteris está comprometida com a meta da "Década de Ação pela Segurança no Trânsito", da ONU, que estabelece o objetivo de reduzir as mortes no trânsito pela metade até 2020. Até o momento, o Grupo já reduziu em 46% o total de fatalidades em suas rodovias no período de 2011 a 2018. Iniciativas como essa reforçam o comprometimento do Grupo em ser referência em segurança não só nas rodovias que administra, mas também no contexto de segurança do trabalho. **Relações e Diálogo:** A Arteris é uma empresa engajada em propor e promover discussões públicas sobre temas estratégicos do negócio e do setor como um todo. Potencializar o relacionamento com stakeholders que permitam gerar valor compartilhado para o Grupo é uma prática de diferentes áreas da companhia, principalmente em assuntos relacionados à operação e eficiência ambiental, com foco na redução de impactos e identificação de novas oportunidades. **Inovação e tecnologia:** Conduzir todos os pilares sob uma perspectiva inovadora é a maneira que o Grupo enxerga para estimular melhoria de processos, identificar oportunidades de parceria e negócios, além de manter o protagonismo nas discussões do setor. **Ação Social:** Com relação às ações sociais, a companhia acredita na estratégia de alinhá-las ao ciclo de vida de suas empresas e respectivas localidades, a partir de uma política de investimento social com critérios claros. Atualmente, a Arteris conta com o Projeto Escola, que, há 17 anos desenvolve atividades com professores e alunos da rede pública de educação. Além disso, o Grupo também desenvolve diversas ações que disseminam mensagens de segurança junto a públicos estratégicos para a redução de acidentes, iniciativas voltadas para saúde e bem estar, e apoio a projetos culturais, sociais e esportivos, com o objetivo de promover inclusão social. **Considerações Finais – Relacionamento com Auditores Independentes:** Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/03, a Companhia informa que, no exercício encerrado em 31/12/2018, não contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. No relacionamento com o Auditor Independente, a Companhia busca avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia. **Declaração da Diretoria:** A Diretoria da Arteris S.A. declara, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 07/12/2009, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório do auditor da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2018.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019.

A Administração

continua ...

**Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais – R\$)**

Ativo Circulante	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	5	245.227	468.880	1.038.259	698.941
Contas a receber	6	–	–	140.822	156.073
Contas a receber – partes relacionadas	15	1.511.148	91.892	818	215
Instrumento financeiro derivativo	25	–	1.862	–	1.862
Estoques	–	–	–	18.755	15.564
Despesas antecipadas	–	4.899	4.057	17.112	18.348
Impostos a recuperar	7	40.305	26.931	97.305	70.706
Adiantamentos a fornecedor	–	215	196	3.469	–
Dividendos a receber	15	7.532	11.618	–	–
Outros créditos	–	279	281	15.436	7.951
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>1.809.605</b>	<b>605.717</b>	<b>1.331.976</b>	<b>974.834</b>
<b>Não Circulante</b>					
Aplicações financeiras vinculadas	9	–	–	118.296	103.424
Impostos a recuperar	7	30.453	32.295	30.453	47.066
Contas a receber – partes relacionadas	15	250.388	1.555.115	–	–
Instrumento financeiro derivativo	25	11.810	–	11.810	–
Despesas antecipadas	–	17	–	18.090	19.940
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	–	–	514.074	382.689
Depósitos judiciais	18	6.290	6.279	88.193	93.779
Outras contas a receber	6	–	–	241	236
Investimentos em controladas e coligadas	10	7.105.352	7.207.295	19	19
Imobilizado	11	5.959	7.039	54.774	60.000
Intangível	12	40.085	47.323	13.001.530	12.630.306
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>7.450.354</b>	<b>8.855.346</b>	<b>13.837.480</b>	<b>13.337.459</b>

Passivo e Patrimônio Líquido Circulante	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Empréstimos e financiamentos	13	–	79.709	357.965	406.798
Empréstimos moeda estrangeira	13	1.913	166.999	1.913	166.999
Instrumento financeiro derivativo	25	5.348	–	5.348	–
Empréstimos e financiamentos – partes relacionadas	15	664.886	309.032	–	–
Debêntures	14	23.494	19.985	727.218	493.576
Fornecedores	–	4.673	3.202	179.253	169.095
Obrigações sociais	–	19.742	24.142	72.956	91.607
Obrigações fiscais	–	21.460	2.860	123.737	78.745
Contas a pagar – partes relacionadas	15	–	394	–	–
Cauções contratuais	–	–	88	94.694	93.233
Taxa de fiscalização	–	–	–	4.204	4.083
Dividendos propostos	19	–	56.379	–	56.379
Cretores pela concessão	17	–	–	259.631	257.637
Provisão para manutenção em rodovias	18	–	–	280.305	178.542
Provisão para investimentos em rodovias	18	–	–	10.304	26.639
Outras contas a pagar	–	4.199	5.066	47.585	27.452
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>745.715</b>	<b>667.956</b>	<b>2.165.113</b>	<b>2.050.785</b>
<b>Não Circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	13	–	–	3.262.704	2.625.322
Empréstimos moeda estrangeira	13	193.740	–	193.740	–
Instrumento financeiro derivativo	25	2.889	–	2.889	–
Empréstimos e financiamentos – partes relacionadas	15	243.112	569.649	–	–
Debêntures	14	1.614.174	1.606.903	2.644.624	2.398.179
Fornecedores	–	–	47	225	178
Obrigações fiscais	–	549	14.770	1.359	47.066
Cretores pela concessão	17	–	–	732	8.645
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	18	222	182	105.028	101.000
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	–	–	15.221	49.764
Provisão para manutenção em rodovias	18	–	–	134.900	283.501
Provisão para investimentos em rodovias	18	–	–	183.667	154.284
Outras contas a pagar	–	–	–	1.173	2.726
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>2.054.733</b>	<b>2.191.504</b>	<b>6.546.262</b>	<b>5.670.665</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>					
Capital social	19	5.103.848	5.047.469	5.103.848	5.047.469
Reservas de lucros	–	1.377.934	1.576.405	1.376.504	1.565.645
Ajuste do patrimônio líquido – variação cambial no capital	–	–	–	–	–
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>(22.271)</b>	<b>(22.271)</b>	<b>(22.271)</b>	<b>(22.271)</b>
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>9.259.959</b>	<b>9.461.063</b>	<b>15.169.456</b>	<b>14.312.293</b>

**Total do Ativo** 9.259.959 9.461.063 15.169.456 14.312.293

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração do Resultado para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais – R\$, exceto o lucro (prejuízo) líquido do período por ação básico e diluído)**

Receita Operacional Líquida	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Receita Operacional Líquida	20	–	–	3.855.913	4.406.011
Custo dos Serviços Prestados	21	–	–	(3.330.660)	(3.358.667)
<b>Lucro Bruto</b>				<b>525.253</b>	<b>1.047.344</b>
<b>(Despesas) Receitas Operacionais</b>					
Gerais e administrativas	21	(16.264)	(14.287)	(240.185)	(251.278)
Remuneração da Administração	15	(7.096)	(11.661)	(26.071)	(27.160)
Tributárias	–	(447)	(329)	(512)	(506)
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas	4	5.666	2.894	9.062	3.695
Equivalência patrimonial	10	(92.943)	285.759	–	–
<b>(Prejuízo) Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro</b>		<b>(112.184)</b>	<b>262.376</b>	<b>267.547</b>	<b>772.095</b>
<b>Resultado Financeiro</b>					
Receitas financeiras	22	156.202	238.999	82.765	66.062
Despesas financeiras	22	(214.013)	(253.834)	(568.751)	(448.829)
Variação cambial, líquida	–	(28.476)	(2.526)	(28.467)	(2.527)
	–	(86.287)	(17.361)	(514.453)	(385.294)
<b>(Prejuízo) Lucro Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>		<b>(198.471)</b>	<b>245.015</b>	<b>(246.906)</b>	<b>386.801</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>					
Correntes	8	–	(7.630)	(108.164)	(166.425)
Diferidos	8	–	–	165.929	26.570
<b>(Prejuízo) Lucro Líquido do Exercício</b>		<b>(198.471)</b>	<b>237.385</b>	<b>(189.141)</b>	<b>246.946</b>
<b>(Prejuízo) Lucro Por Ação Básico e Diluído – R\$</b>		<b>24</b>	<b>(0,2719)</b>	<b>0,3783</b>	<b>(0,2591)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais – R\$)**

(Prejuízo) Lucro Líquido do Exercício	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Outros resultados abrangentes	(198.471)	237.385	(189.141)	246.946
<b>Resultado Abrangente do Exercício</b>	<b>(198.471)</b>	<b>237.385</b>	<b>(189.141)</b>	<b>246.946</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Individual para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)**

Saldo em 31 de dezembro de 2016	Capital social	Reservas de lucros		Ajuste do patrimônio líquido – variação cambial no capital	Lucros acumulados	Patrimônio líquido individual
		Legal	Retenção de lucros			
Lucro líquido do exercício	3.175.816	143.356	1.252.043	(22.271)	237.385	4.548.944
Aumento de capital	1.871.653	–	–	–	–	1.871.653
Destinação do lucro líquido:	–	–	–	–	–	–
Reserva legal	–	11.869	–	–	(11.869)	–
Dividendos propostos	–	–	–	–	(56.379)	(56.379)
Retenção de lucros	–	–	169.137	–	(169.137)	–
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>5.047.469</b>	<b>155.225</b>	<b>1.421.180</b>	<b>(22.271)</b>	<b>–</b>	<b>6.601.603</b>
Aumento de capital	56.379	–	–	–	–	56.379
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	(198.471)	(198.471)
Destinação:	–	–	–	–	–	–
Absorção de prejuízos com reserva de retenção de lucros	–	–	(198.471)	–	198.471	–
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>5.103.848</b>	<b>155.225</b>	<b>1.222.709</b>	<b>(22.271)</b>	<b>–</b>	<b>6.459.511</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)**

Saldo em 31 de dezembro de 2016	Capital social	Reservas de lucros		Ajuste do patrimônio líquido – variação cambial no capital	Lucros acumulados	Patrimônio líquido consolidado
		Legal	Retenção de lucros			
Lucro líquido do exercício	3.175.816	143.356	1.231.722	(22.271)	237.385	4.528.623
Aumento de capital	1.871.653	–	–	–	–	1.871.653
Destinação do lucro líquido:	–	–	–	–	–	–
Reserva Legal	–	11.869	–	–	(11.869)	–
Dividendos propostos	–	–	–	–	(56.379)	(56.379)
Retenção de lucros	–	–	178.698	–	(178.698)	–
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>5.047.469</b>	<b>155.225</b>	<b>1.410.420</b>	<b>(22.271)</b>	<b>–</b>	<b>6.590.843</b>
Aumento de capital	56.379	–	–	–	–	56.379
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	(189.141)	(189.141)
Destinação:	–	–	–	–	–	–
Absorção de prejuízos com reserva de retenção de lucros	–	–	(189.141)	–	189.141	–
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>5.103.848</b>	<b>155.225</b>	<b>1.221.279</b>	<b>(22.271)</b>	<b>–</b>	<b>6.458.081</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos Valores Adicionados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Milhares de Reais – R\$)**

Receitas	Controladora		Consolidado		Distribuição do valor adicionado	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017		2018	2017	2018	2017
Prestação de serviços	–	–	2.823.250	2.922.045	Pessoal e encargos:	–	–	–	–
Receita dos serviços de construção	–	–	1.244.156	1.703.751	Remuneração direta	4.585	12.493	218.281	221.996
Outras receitas	4.566	2.894	49.114	44.744	Benefícios	67	55	47.580	46.258
	4.566	2.894	4.117.020	4.670.540	FGTS	615	209	17.178	16.230
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>					Impostos, taxas e contribuições:	–	–	–	–
Custo dos serviços prestados	–	–	(321.694)	(317.705)	Federais (incluindo IOF)	10.540	31.520	69.691	283.532
Custo dos serviços de construção	–	–	(1.244.156)	(1.703.751)	Estaduais	2	8	60	43
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(6.827)	(4.278)	(142.000)	(136.504)	Municipais	–	–	143.014	147.962
Custo da concessão	–	–	(103.881)	(104.102)	Remuneração de capitais de terceiros:	–	–	–	–
Custos de provisão de manutenção em rodovias	–	–	(432.660)	(224.654)	Juros	136.022	63.954	509.988	406.170
Outros	(1.433)	(1.706)	(72.325)	(74.593)	Juros capitalizados BNDES	–	–	29.109	74.897
Valor Adicionado Bruto	(6.260)	(5.984)	(2.316.716)	(2.561.309)	Juros capitalizados Debêntures	–	–	19.612	12.104
Depreciações e Amortizações	(3.694)	(3.099)	1.800.304	2.109.231	Perdas em Operações de SWAP	–	–	11.501	11.501
Valor Adicionado Líquido Produzido (Retido)	(13.448)	(10.220)	813.271	1.329.790	Aluguéis	79	69	13.689	17.315
Valor Adicionado Recebido em Transferência	–	–	–	–	Outras	3.372	1.965	75.957	52.836
Resultado de equivalência patrimonial	(92.943)	285.759	–	–	Remuneração de capitais próprios:	–	–	–	–
Receitas financeiras	156.202	238.999	82.765	66.062	Juros – Debêntures privadas e mútuos	64.524	152.853	(38.728)	(57.214)
Juros capitalizados	–	–	87.449	173.712	Juros capitalizados sobre mútuos	–	–	38.728	86.711
Outros	(28.476)	(2.526)	(28.467)	(2.527)	Integralização de Capital:	–	–	–	–
Valor adicionado total a distribuir	<u>21.335</u>	<u>512.012</u>	<u>955.018</u>	<u>1</u>					



... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

• Construção de passarela no km 380 – São Joaquim da Barra; • Construção do posto de suporte ao usuário em Orlandia no km 366 + 150; • Construção do dispositivo com Avenida Lara Nilza Raffaini Cação no km 319 + 650. SP 325/322 – Avenida dos Bandeirantes – Ribeirão Preto • Construção de passarela km 8 + 550; • Construção de galeria de oco km 6 + 400; • Construção de dispositivo km 8 + 300. Em conformidade com o que determina o ofício OFDGR. 0054/18 da ARTESP, às 24 horas do dia 17/05/2018 a Sociedade realizou a transferência do sistema remanescente do lote rodoviário 05 para empresa licitante vencedora da concorrência Pública Internacional nº 03/2016. No entanto, a Sociedade continua com as tratativas junto à ARTESP e DER para formalização do encerramento do contrato de concessão. Esse período tem por objetivo a verificação e aprovação das condições de devolução para viabilizar a assinatura dos Termos Provisórios e Definitivos de Devolução do Sistema Rodoviário conforme descrito no contrato de concessão. Mesmo com o final da concessão no dia 17/05/2018, a ViaPaulista realizou adequações de obras solicitadas pela comissão de devolução implantada pela ARTESP ViaPaulista S.A. ("ViaPaulista"). A ViaPaulista é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, Km 312,2. Constituída em 22/06/2017. A Sociedade iniciou suas operações em 22/11/2017, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a ARTESP nº 0359 – ARTESP – 2017, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 62.333 de 21/12/2017, e tem por objetivo exclusivo, regular, sob o regime de concessão, pelo prazo de 30 anos, a exploração do sistema Rodoviário referente ao Lote denominado Rodovias dos Calçados (Itaporanga – Franca). Esse lote abrange os 317 quilômetros hoje administrados pela Autovias S. A., concessionária do grupo, além de outros 403 quilômetros que estavam sob administração direta do Governo do Estado de São Paulo. A ViaPaulista iniciou parcialmente a trafegabilidade e operação com cobrança de tarifa de três praças de pedágio desde 25/01/2019. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão: • Duplicação da rodovia SP 255 do km 48+100 ao km 179+00, do km 179+000 ao km 237+430, do km 288+190 ao km 297+250, do km 297+250 ao km 320 e do km 324+250 ao km 357+430; • Duplicação da Rodovia SP 249 do km 144+150 ao km 158+400; • Duplicação da Rodovia SP 318 do km 251 e do km 251 e do km 380; • Pavimentação dos acessos SPA 321/334 do km 0 ao km 4+300 e SPA 334/334 do km 0 ao km 9+700. Em decorrência dos contratos de concessão, as concessionárias estaduais reconheceram o direito de uso e exploração, registrado no ativo intangível como direito de outorga, tendo como contrapartida o passivo na rubrica "Credores pela concessão", conforme mencionado nas notas explicativas nº 12 e nº 17, respectivamente. Conforme estabelecido nos contratos de concessão e nos termos aditivos e modificativos subsequentes dessas concessionárias estaduais, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M ou Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, dos dois o menor, ocorrida até 31 de maio. Para a controlada ViaPaulista, as tarifas serão reajustadas anualmente com base na variação do IPCA, no mês de outubro de cada ano. Extintas as concessões, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias, ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. As concessionárias terão direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos dos prazos das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões. Para a ViaPaulista todos os investimentos previstos originalmente no contrato de concessão, inclusive a manutenção e substituição de bens reversíveis, deverão ser depreciados e amortizados pela concessionária no prazo da concessão, não cabendo qualquer pleito ou reivindicação de indenização por eventual saldo não amortizado ao fim do prazo da concessão, quanto a esses bens. As concessionárias estaduais estimam os montantes relacionados a seguir, em 31/12/2018 e de 2017, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos contratos de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados:

Natureza dos custos	Previsão de 2018 a 2033					
	Planoalto Sul	Fluminense	Fernão Dias	Régis Bittencourt	Litoral Sul	Total
Melhorias na infraestrutura	91.716	719.977	361.608	562.651	247.504	1.983.456
Recuperações/Manutenções	265.277	333.467	728.379	505.596	487.446	2.318.165
	<b>356.993</b>	<b>1.053.444</b>	<b>1.087.987</b>	<b>1.068.247</b>	<b>734.950</b>	<b>4.301.621</b>

Natureza dos custos	Previsão de 2018 a 2033					
	Planoalto Sul	Fluminense	Fernão Dias	Régis Bittencourt	Litoral Sul	Total
Melhorias na infraestrutura	112.324	821.478	470.570	684.218	163.053	2.251.643
Recuperações/Manutenções	224.026	272.483	600.392	392.231	403.041	1.892.172
	<b>336.350</b>	<b>1.093.961</b>	<b>1.070.961</b>	<b>1.076.449</b>	<b>566.094</b>	<b>4.143.815</b>

As concessionárias federais vêm negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 31/12/2018 estas obras estão estimadas em R\$3.230.067 (R\$3.252.213 em 31/12/2017), as quais não estão incluídas no quadro acima. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos. A segregação das estimativas de investimentos foi elaborada conforme mencionado na nota explicativa nº 3 "Momento de reconhecimento do ativo intangível". As controladas Régis Bittencourt, Litoral Sul, Fernão Dias e Fluminense, celebraram Termos de Ajuste de Conduta - "TAC" com a ANTT, em decorrência de processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, instaurados pela Agência, desde o início das concessões até 22/09/2014. Em decorrência da assinatura destes termos de ajuste, essas concessionárias realizaram o montante equivalente a R\$139.900 em novas obras não previstas no contrato de concessão, que trarão melhorias, segurança e conforto aos usuários, nas rodovias objeto de suas concessões. Em 31/12/2018 a maior parte dessas obras encontravam-se concluídas. Quanto à controlada Planoalto Sul, a Sociedade informa que continua com as negociações para firmar, em condições semelhantes, um TAC com a ANTT, mas segue apresentando suas justificativas e defesas administrativas em procedimentos de não conformidades.

**3 Base de Preparação**

**Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC):** As demonstrações financeiras individuais foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela CVM. As demonstrações financeiras individuais apresentam a manutenção dos efeitos da amortização do ativo diferido existente na data de transição para IFRS, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Dessa forma, essas demonstrações individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRS, que exigem o reconhecimento de ativo diferido no resultado, quando incorrido. A Administração da Sociedade apresenta todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, e essas informações correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real – (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativa e julgamento:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre essas premissas e estimativas, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos físicos, civis, trabalhistas e regulatórios, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste de recuperação dos ativos intangíveis e de realização de créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade e de suas controladas, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são reavaliadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir: **Contabilização de contratos de concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ICPIC 01 e IFRIC 12, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de práticas contábeis e os valores reportados de custos de construção, melhorias e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. **Momento de reconhecimento do ativo intangível:** A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas dos contratos de concessão, segregando os investimentos em dois grupos: (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura. (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: são estimados considerando a totalidade dos contratos de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 18. **Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão:** A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Sociedade reconhece a amortização no resultado linearmente, com base no prazo remanescente de cada concessão, já que este método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. **Determinação das receitas de construção:** De acordo com o CPC 47 e IFRS 15, quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras às controladas. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. **Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão:** A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de custo para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

**4 Principais Práticas Contábeis**

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios findos em 31/12/2018 e de 2017. As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade e por suas controladas na elaboração das demonstrações financeiras são: • Base de consolidação; • Combinações de negócios; • Aquisições efetuadas a partir de 01/01/2009. Nos exercícios findos em 31/12/2018 e de 2017 não houveram transações qualificadas como combinação de negócios. **Aquisições anteriores a 01/01/2009:** Como parte da transição para as IFRS e os CPC, a Sociedade optou por não representar as combinações de negócios anteriores a 01/01/2009. Com relação a aquisições anteriores a 01/01/2009, o direito de outorga incorporado representa o montante reconhecido sob as práticas contábeis anteriormente adotadas. Esse direito de outorga incorporado foi alocado como parte do ativo intangível da concessão e é amortizado pelos critérios descritos na nota explicativa nº 8. **Princípios de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas correspondem aos saldos da Sociedade e de suas controladas, em que a participação direta ou indireta é de 100% do capital votante, e estão apresentadas a seguir. Na consolidação foram eliminados os investimentos nas controladas, os saldos a receber e a pagar, as receitas e as despesas entre as empresas consolidadas. A lista a seguir apresenta as participações nas controladas incluídas na consolidação:

Controlada	2018		2017	
	Participação Indireta	Participação Direta	Participação Indireta	Participação Direta
Autovias	–	100%	–	100%
Centrovias	–	100%	–	100%
Intervias	49%	51%	49%	51%
Vianorte	–	100%	–	100%
ViaPaulista	–	100%	–	100%
Planoalto Sul	–	100%	–	100%
Fluminense	–	100%	–	100%
Fernão Dias	–	100%	–	100%
Régis Bittencourt	–	100%	–	100%
Litoral Sul	–	100%	–	100%
Latina Manutenção (a)	–	100%	–	100%
Arteris Participações (b)	–	100%	–	100%

(a) A Latina Manutenção de Rodovias Ltda. ("Latina Manutenção"), constituída em 2005, é domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 312,2, e tem por objetivo a conservação e a exploração de atividades de construção, administração e manutenção de obras relacionadas às rodovias, administradas pelas controladas da Sociedade. (b) A Arteris Participações S.A., constituída em 2015, domiciliada no município de São Paulo, Estado de São Paulo, situada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.455 – 9º andar, tem por objetivo a participação em outras sociedades simples ou empresárias como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras. A Arteris S.A. transferiu para a Arteris Participações 49% da participação que possui na Intervias. O contexto operacional de cada uma das concessionárias de rodovias, os principais compromissos e outras informações estão divulgadas na nota explicativa nº 2. 4.1. **Moeda Estrangeira:** As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data de fechamento. Quando houver diversas taxas de câmbio disponíveis, a taxa usada será aquela pela qual os fluxos futuros de caixa representados pela transação ou balanço seriam liquidados caso esses fluxos de caixa ocorressem na data da mensuração. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado. **4.2. Instrumentos Financeiros:** As práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão consistentes com aquelas divulgadas em 31/12/2017, exceto pela adoção de novos pronunciamentos contábeis conforme mencionado abaixo: **Classificação dos ativos e passivos financeiros na adoção inicial do IFRS 9:** O quadro abaixo apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o IAS 39 e as novas categorias de mensuração de acordo com o IFRS 9 (CPC 48):

Ativo ou passivo financeiro	Controladora		Saldo em 2017	Nova classificação de acordo com o IFRS 9
	Classificação inicial pelo IAS 39	Saldo em 2017		
Equivalentes de caixa	Ativo financeiro mantido até o vencimento	468.880		Mensurados a valor justo por meio de resultado
Partes relacionadas	Empréstimo ou recebível	1.658.625		Custo amortizado
Outras contas a receber	Empréstimo ou recebível	477		Mensurados a valor justo por meio de resultado
Derivativos ativos	Valor justo por meio de resultados	1.862		Mensurados a valor justo por meio de resultado
Fornecedores e cauçãoes contratuais	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	3.290		Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	246.708		Custo amortizado

Ativo ou passivo financeiro	Controladora		Saldo em 2017	Nova classificação de acordo com o IFRS 9
	Classificação inicial pelo IAS 39	Saldo em 2017		
Debêntures	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	1.626.888		Custo amortizado
Partes relacionadas	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	879.075		Custo amortizado
Outras contas a pagar	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	5.066		Custo amortizado

Ativo ou passivo financeiro	Consolidado		Saldo em 2017	Nova classificação de acordo com o IFRS 9
	Classificação inicial pelo IAS 39	Saldo em 2017		
Equivalentes de caixa	Ativo financeiro mantido até o vencimento	698.941		Mensurados a valor justo por meio de resultado
Partes relacionadas	Empréstimo ou recebível	215		Custo amortizado
Contas a receber clientes	Empréstimo ou recebível	156.309		Mensurados a valor justo por meio de resultado
Aplicações financeiras vinculadas	Empréstimo ou recebível	103.424		Mensurados a valor justo por meio de resultado
Outras contas a receber	Empréstimo ou recebível	7.951		Mensurados a valor justo por meio de resultado
Derivativos ativos	Valor justo por meio de resultados	1.862		Mensurados a valor justo por meio de resultado
Fornecedores e cauçãoes contratuais	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	262.506		Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	3.199.119		Custo amortizado
Debêntures	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	2.891.755		Custo amortizado
Credores pela concessão	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	266.282		Custo amortizado
Taxa de fiscalização	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	4.083		Custo amortizado
Outras contas a pagar	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	77.244		Custo amortizado

**4.2.1. Categorias:** Os instrumentos financeiros ativos e passivos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: mensurados a valor justo por meio de resultado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e custo amortizado. A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Sociedade são classificados sob as seguintes categorias: **Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado:** São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. No caso da Sociedade, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros derivativos. Os saldos dos instrumentos derivativos não liquidados são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras e classificados no ativo ou passivo, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas rubricas de "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras". **Custo amortizado:** Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **4.3. Instrumentos financeiros derivativos:** As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Sociedade, resumem-se a "swap" que visa exclusivamente à proteção dos fluxos de caixa dos financiamentos projetados em moeda estrangeira. São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é mensurado através das posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida. **4.4. Caixa e equivalente de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **4.5. Imobilizado:** **Reconhecimento e mensuração:** O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido das despesas depreciáveis e perdas de redução ao valor recuperável, quando for o caso, este último quando aplicável. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos custos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Depreciação: As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 11, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão. **4.6. Ativo diferido:** O pronunciamento técnico CPC 43 (R1) – Adoção inicial dos pronunciamentos técnicos CPC 15 a CPC 41 determina que a manutenção do saldo em conta do ativo diferido somente se aplica às demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Assim, esses saldos foram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas para ajustá-las às normas internacionais (IFRS). **4.7. Ativo intangível:** **Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão:** A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura das concessões estaduais, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado, linearmente, com base no prazo remanescente da concessão a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Os ágioes que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior. **4.8. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida:** No fim de cada exercício, a Sociedade e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se basicamente de concessões, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos como um todo com base em seu valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflete, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **4.9. Custo de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos. **4.10. Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. **Impostos correntes:** A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada para cada empresa individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. **Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, e partindo da estimativa da Sociedade de lucros tributáveis futuros. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de concessão, e dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis, conforme a nota explicativa nº 8. **4.11. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e que é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado o desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo financeiro. **Provisão para investimentos:** Provisão para investimentos: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de 7,30% ao ano em 31/12/2018 (6,40% ao ano em 31/12/2017). A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31/12/2018 e de 2017 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa. **Provisão para manutenção:** Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam as saídas de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 7,30% ao ano em 31/12/2018 (6,40% ao ano em 31/12/2017). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco. **Provisão para riscos tributários, civis, regulatórios e trabalhistas:** A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e administrativos, tributários, civis, trabalhistas e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais. **4.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras consolidadas em conto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **4.13. Reconhecimento de receita:** Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção: A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria estabelecidos nos contratos de concessão é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados. **Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão:** Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

Natureza dos custos	2018					
	Autovias Previsão de 2018	Centrovias Previsão de 2018 a 2019	Intervias Previsão de 2018 a 2028	Vianorte Previsão de 2018	ViaPaulista Previsão de 2018 a 2047	Total
Melhorias na infraestrutura	14.039	11.170	201.605	412	3.706.978	3.934.204
Conserva especial	37.543	21.126	55.804	1.227	1.708.341	1.822.041
	<b>51.582</b>	<b>32.296</b>	<b>255.409</b>	<b>1.639</b>	<b>5.415.319</b>	<b>5.756.245</b>

Natureza dos custos	2017					
	Autovias Previsão de 2018	Centrovias Previsão de 2018 a 2019	Intervias Previsão de 2018 a 2028	Vianorte Previsão de 2018	ViaPaulista Previsão de 2018 a 2047	Total
Melhorias na infraestrutura	140.391	39.419	378.399	11.068	2.574.541	3.143.817
Conserva especial	43.727	18.927	64.740	2.773	2.650.653	2.780.821
	<b>184.118</b>	<b>58.346</b>	<b>443.139</b>	<b>13.841</b>	<b>5.225.194</b>	<b>5.924.639</b>

As concessionárias estaduais vêm negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de Infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 31/12/2018 estas obras estão estimadas em R\$120.054 (R\$72.298 em 31/12/2017), as quais não estão incluídas no quadro acima. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos. **Concessionárias Federais: Autopista Planoalto Sul S.A. ("Planoalto Sul"):** A Planoalto Sul é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Rio Negro, Estado do Paraná, situada na Avenida Afonso Petschov, 4.040 – Bairro Industrial. Foi constituída em 19/12/2007 e tem como objeto social único a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-116/PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao Edital de Licitação nº 004/2007, publicado pela ANTT, pelo prazo de 25 anos, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias. A Fluminense está em plena operação desde 22/02/2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 134-PR. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão: • 25,4 km de duplicação de rodovia; • 48,3 km de terceira faixa; • 10,2 km de vias laterais; • Construção de 9 passarelas; • Construção de 5 praças de pedágio; • Construção de 9 bases de serviços operacionais – B



... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

4.14. Receitas e despesas financeiras: Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. 4.15. Dividendos: A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº 19. 4.16. Demonstração do Valor Adicionado (DVA): Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras. A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. 4.17. Normas e interpretações novas e revisadas, e emitidas: IFRSs novas e revisadas já emitidas, adotadas: 4.17.1. IFRS 15 – Receitas de contratos com clientes: A partir de 01/01/2018 entrou em vigor a norma IFRS 15/CPC 47 que substituiu todos os requisitos de reconhecimento de receita de acordo com as normas IFRS/CPs. Essa nova norma estabeleceu um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15/CPC 47 a receita deve ser reconhecida por um valor que reflète a contrapartida a que uma Sociedade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Uma entidade reconhece receitas de acordo com esse princípio básico por meio da cumulativa observância aos seguintes passos: Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com um cliente – um contrato é um acordo entre duas ou mais partes que cria direitos e obrigações exequíveis. Os requisitos da IFRS 15 se aplicam a todo contrato que tenha sido celebrado com um cliente e que atenda critérios específicos. Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho no contrato – um contrato inclui promessas de transferência de produtos ou serviços a um cliente. Se esses produtos ou serviços forem distintos, as promessas constituem obrigações de desempenho e são contabilizadas separadamente. Passo 3: Determinar o preço da transação – o preço da transação é o valor da contraprestação em um contrato ao qual uma entidade espera ter direito em troca de transferir produtos ou serviços prometidos a um cliente. Passo 4: Alocar o preço de transação às obrigações de desempenho no contrato – uma entidade normalmente aloca o preço da transação a cada obrigação de desempenho com base nos preços de venda individuais relativos de cada bem ou serviço distinto prometido no contrato. Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou à medida que) a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho – uma entidade reconhece receitas quando (ou à medida que) satisfaz uma obrigação de desempenho ao transferir um bem ou serviço prometido a um cliente (o que ocorre quando o cliente obtém o controle desse bem ou serviço). O valor da receita reconhecida é o valor alocado à obrigação de desempenho satisfetida. As controladas da Sociedade têm como principais transações a receita de pedágio e a receita de construção. A Sociedade realizou uma avaliação nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, e não identificou alterações ou impactos significativos em relação ao reconhecimento anterior dessas receitas, dado que são reconhecidas mediante a prestação do serviço ao usuário, no caso da receita de pedágio, e conforme incorridas na construção dos ativos intangíveis como cumprimento do contrato de concessão, no caso das receitas de construção. As demais receitas foram compreendidas nesta análise e estão substancialmente de acordo com a norma IFRS 15/CPC 47. 4.17.2. IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – Metodologia de estimativa de redução ao valor recuperável (impairment): O IFRS 9 introduziu o conceito de Perdas de Crédito Esperadas em oposição às perdas de créditos incorridas na norma anterior (IAS 39). Os ativos financeiros sujeitos aos requisitos de redução ao valor recuperável (impairment) são aqueles mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O objetivo dos requisitos de impairment é reconhecer as perdas de créditos esperadas ao longo da vida para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumento significativo de risco de crédito desde o reconhecimento inicial – seja avaliado individualmente ou coletivamente – considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas. As controladas da Sociedade possuem concentração em sua carteira de clientes e não possuem histórico de perdas em seus instrumentos financeiros. A Administração efetuou uma análise de risco de crédito da carteira e concluiu que não existem perdas a serem reconhecidas em seus recebíveis e nem em relação aos demais instrumentos financeiros. IFRSs novas e revisadas já emitidas, porém ainda não adotadas: Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB" nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Sociedade não adotou de forma antecipada para a preparação dessas demonstrações financeiras.

Table with 2 columns: Pronunciamento ou interpretação, Descrição. Rows include IFRS 16 – Arrendamentos, IFRIC 4, IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento do Imposto de Renda, Alterações à IFRS 9, Alterações à IAS 28, Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2015-2017, Alterações à IFRS 3, Alterações à IFRS 11, Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2015-2017, Alterações à IFRS 3, Alterações à IFRS 11, Alterações à IAS 19, Alterações à IAS 10 e IAS 28.

5 Caixa e Equivalentes de Caixa

Table with 4 columns: Controladora (2018, 2017), Consolidado (2018, 2017). Rows include Caixa e contas bancárias, Aplicações financeiras (\*), Total.

(\*) As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimento, destinados a receber aplicações de investidores restritos com liquidez diária, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e remuneração equivalente, na média, a 98,35% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (100,13% em 31/12/2017), tendo como características aplicações pós-fixadas em títulos públicos federais, Certificado de depósito Bancário – CDB, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito. Todos os ativos que compõe os fundos de investimento, inclusive as Letras Financeiras do Tesouro ("LFT") e Notas do Tesouro Nacional (NTN – over), são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo da Sociedade e suas controladas.

6 Contas a Receber

Table with 4 columns: Controladora (2018, 2017), Consolidado (2018, 2017). Rows include Pedágio eletrônico a receber (\*), Cupons de pedágio a receber, Cartões de pedágio a receber, Receitas acessórias a receber, Outras receitas a receber, Total.

(\*) Conforme nota explicativa nº 26 c. A Administração da Sociedade e de suas controladas não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perda com recebíveis em 31/12/2018 e de 2017. O prazo médio de vencimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio das concessionárias.

7 Impostos a Recuperar

Table with 4 columns: Controladora (2018, 2017), Consolidado (2018, 2017). Rows include IRRF (a), C/SL, PIS, COFINS, Instituto nacional do seguro social (INSS), ISSQN, Saldo negativo (b), Outros, Total, Total do circulante, Total do não circulante.

(a) Imposto de renda retido na fonte sobre mútuos e debêntures com partes relacionadas, referente ao ano calendário de 2017, que poderá ser compensado nos períodos subsequentes. (b) Saldo negativo referente a apurações trimestrais de 2018 e ao ano calendário de 2017 e anteriores, passível de compensação com tributos administrados pela receita federal. As variações referem-se à transferência do saldo de imposto de renda a recuperar de 31/12/2017 e dos trimestres de 2018.

8 Imposto de Renda e Contribuição Social

Conciliação entre o imposto de renda e contribuição social efetiva e nominal. A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 31/12/2018 e de 2017 é como segue:

Table with 4 columns: Controladora (2018, 2017), Consolidado (2018, 2017). Rows include Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social, Alíquota vigente combinada, Expectativa de imposto de renda e contribuição social, Ajustes para a alíquota efetiva, Equivalência Patrimonial, Juros sobre o capital próprio, Outras diferenças permanentes, Variação cambial, Instrumento derivativo, Impostos diferidos não constituídos, Imposto contabilizado, Imposto de renda e contribuição social: Correntes, Diferido.

Os efeitos de determinados itens na reconciliação mencionada, sobre os quais não houve reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos, decorrem de situações fiscais específicas da Controladora e das Controladas Planalto Sul, Latina Manutenção e Arteris Participações, que não atenderam as condições previstas na norma contábil para o reconhecimento integral do ativo fiscal diferido. Imposto de renda e contribuição social diferidos – consolidado:

Table with 6 columns: Não circulante, Diferenças temporárias ativas, Prejuízo fiscal (a), Provisão de participação nos lucros, Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b). Rows include Imposto de renda e contribuição social diferido ativo, Imposto de renda e contribuição social diferido passivo, Total.

10 Investimentos

Os saldos dos investimentos em controladas são representados como segue:

Table with 10 columns: Autovias, Centrovias, Intervias, Vianorte, ViaPaulista, Planalto Sul, Fluminense, Fernão Dias, Régis Bittencourt, Litoral Sul, Latina Manutenção, Arteris Participações. Rows include Ações ordinárias, Participação capital (%), Patrimônio líquido, Ativo total, Passivo total, Receita líquida, Lucro/(Prejuízo).

A movimentação dos saldos de investimentos na Controladora no exercício findo em 31/12/2018 e de 2017 é como segue:

Table with 10 columns: Autovias, Centrovias, Intervias, Vianorte, ViaPaulista, Planalto Sul, Fluminense, Fernão Dias, Régis Bittencourt, Litoral Sul, Latina Manutenção, Arteris Participações. Rows include Saldo em 2017, Aporte (redução) de capital, Juros sobre capital próprio/dividendos, Equivalência patrimonial, Saldo em 2018.

A movimentação dos saldos de investimentos na Controladora no exercício findo em 31/12/2018 e de 2017 é como segue:

Table with 10 columns: Autovias, Centrovias, Intervias, Vianorte, ViaPaulista, Planalto Sul, Fluminense, Fernão Dias, Régis Bittencourt, Litoral Sul, Latina Manutenção, Arteris Participações. Rows include Saldo em 2016, Aporte de capital, Juros sobre capital próprio/dividendos, Equivalência patrimonial, Saldo em 2017.

Imposto de renda e contribuição social diferido ativo

Table with 6 columns: 2018, 2017, 2018, 2017, 2018, 2017. Rows include Não circulante, Outras provisões, Provisão para manutenção de rodovias, Amortização acumulada de obras futuras, Ajuste dos encargos financeiros obras futuras, Ajuste dos encargos financeiros (credores pela concessão), Diferido gastos pré operacionais (federais), Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis – adoção Lei 12.973/14 (d), Diferenças de intangível e imobilizado líquidas, Amortização dos ajustes – mudança de práticas contábeis, Base de cálculo diferenças temporárias ativas, Alíquota nominal, Total, Diferenças temporárias passivas, Direito de concessão incorporado (c), Outras provisões, Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis – adoção Lei 12.973/14 (d), Diferenças de intangível e imobilizado líquidas, Amortização dos ajustes – mudança de práticas contábeis, Base de cálculo diferenças temporárias passivas, Alíquota nominal, Total do imposto de renda e contribuição social.

(a) Refere-se a prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos créditos tributários está suportada por projeções de resultados tributáveis futuros das concessionárias Autovias, Planalto Sul, Fluminense, Fernão Dias, Régis Bittencourt, Litoral Sul, Latina Manutenção e ViaPaulista. (b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções. (c) Crédito decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006, e, até então, controlado na "parte B" do seu Livro de apuração do Lucro Real – LALLUR desta empresa. Com a incorporação da participação da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado à razão de 20% ao ano fiscalmente e pelo prazo da concessão contabilmente. (d) Em 31/12/2014 a Administração da Sociedade decidiu pela adoção antecipada da Lei nº 12.973/14 conforme previsto, para o exercício de 2014 para as controladas Autovias e Centrovias. As demais controladas fizeram a adoção quando da entrada da Lei em vigor em 01/01/2015. Dessa forma, as controladas da Sociedade congelaram os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis e passaram a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referente a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão. A Sociedade possui créditos fiscais, que não estão sendo constituídos devido a mesma ser uma holding e não gerar resultado tributável. As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e de suas controladas traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração, portanto são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças. A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue: Exercício a findar-se em:

Table with 3 columns: Ativo não circulante, Passivo não circulante, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, Após 2023. Rows include Impostos diferidos, Receita líquida, Lucro/(Prejuízo).

9 Aplicações Financeiras Vinculadas

A Sociedade e suas controladas mantêm aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. A seguir consta breve descrição dessas obrigações: BNDES: As concessionárias federais devem depositar em conta pagamento de instituição financeira parte das suas receitas operacionais (entre 35% e 71% da arrecadação das praças de pedágio). Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre. As controladas federais devem manter depositadas em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato de financiamento. Este valor é sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais. No exercício findo em 31/12/2018, os recursos depositados estão aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira e essas aplicações foram remuneradas em média a 9,51% da variação do CDI (97,88% em 31/12/2017). Os valores dessas aplicações em 31/12/2018 são de R\$118.296 (R\$103.424 em 31/12/2017).

Alterações à IFRS 10 e IAS 28 Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto (em vigor para exercícios iniciados a partir de uma data a ser determinada) A Administração da Sociedade avaliou ou está em processo de avaliação e mensuração dos impactos na adoção dessas normas. Com base em avaliações preliminares a Sociedade não espera que essas alterações tenham efeito significativo sobre as demonstrações financeiras, exceto pelo IFRS 16, em que a Sociedade entende que o maior impacto produzido por essa norma está no reconhecimento no balanço de contratos de prestação de serviços relacionados a rodovias e a alugueis de edifícios e equipamentos, porém até o fechamento destas demonstrações financeiras, a Sociedade está em processo de análise destes e dos demais contratos de arrendamento para eleger o critério de transição à nova Norma. Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

Table with 10 columns: Autovias, Centrovias, Intervias, Vianorte, ViaPaulista, Planalto Sul, Fluminense, Fernão Dias, Régis Bittencourt, Litoral Sul, Latina Manutenção, Arteris Participações. Rows include Saldo em 2016, Aporte de capital, Juros sobre capital próprio/dividendos, Equivalência patrimonial, Saldo em 2017.

Table with 10 columns: Autovias, Centrovias, Intervias, Vianorte, ViaPaulista, Planalto Sul, Fluminense, Fernão Dias, Régis Bittencourt, Litoral Sul, Latina Manutenção, Arteris Participações. Rows include Saldo em 2017, Aporte de capital, Juros sobre capital próprio/dividendos, Equivalência patrimonial, Saldo em 2018.

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

**11 Imobilizado**

A movimentação é como segue:

	Controladora							Total	Consolidado
	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações		
<b>Custo do imobilizado</b>									
Saldo em 31.12.2016	2.013	3.045	688	8.545	586	987	1.315	262	17.441
Adições	–	207	–	–	–	20	–	–	227
Alienações/baixas	–	–	(303)	–	–	–	–	–	(303)
Saldo em 31.12.2017	<u>2.013</u>	<u>3.252</u>	<u>385</u>	<u>8.545</u>	<u>586</u>	<u>1.007</u>	<u>1.315</u>	<u>262</u>	<u>17.365</u>
Adições	–	400	–	71	–	–	–	332	803
Transferências/Reclassificações	–	220	–	1	–	262	–	(483)	–
Alienações/baixas	(2)	–	–	–	–	(262)	–	–	(264)
Saldo em 31.12.2018	<u>2.011</u>	<u>3.872</u>	<u>385</u>	<u>8.617</u>	<u>586</u>	<u>1.007</u>	<u>1.315</u>	<u>111</u>	<u>17.904</u>
<b>Depreciação acumulada</b>									
Saldo em 31.12.2016	(1.228)	(1.419)	(589)	(4.987)	–	(236)	(378)	–	(8.837)
Depreciações	(153)	(126)	(20)	(1.152)	–	(143)	(122)	–	(1.716)
Alienações/baixas	–	–	227	–	–	–	–	–	227
Saldo em 31.12.2017	<u>(1.381)</u>	<u>(1.545)</u>	<u>(382)</u>	<u>(6.139)</u>	–	<u>(379)</u>	<u>(500)</u>	–	<u>(10.326)</u>
Depreciações	(133)	(225)	(2)	(992)	–	(145)	(123)	–	(1.620)
Alienações/baixas	1	–	–	–	–	–	–	–	1
Saldo em 31.12.2018	<u>(1.513)</u>	<u>(1.770)</u>	<u>(384)</u>	<u>(7.131)</u>	–	<u>(524)</u>	<u>(623)</u>	–	<u>(11.945)</u>
<b>Imobilizado líquido</b>									
Saldo em 31.12.2017	632	1.707	3	2.406	586	628	815	262	7.039
Saldo em 31.12.2018	498	2.102	1	1.486	586	483	692	111	5.959
Taxas de depreciação – a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	10%	10%		

	Controladora							Total	Consolidado
	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações		
<b>Custo do imobilizado</b>									
Saldo em 31.12.2016	20.331	14.391	24.331	26.870	586	47.672	1.717	835	136.733
Adições	1.735	1.857	3.744	548	667	4.177	–	1.866	14.594
Transferências/Reclassificações	(44)	–	1.241	–	–	330	–	(1.230)	297
Alienações/baixas	(575)	(99)	(1.175)	(1.320)	–	(1.984)	–	–	(5.153)
Saldo em 31.12.2017	<u>21.447</u>	<u>16.149</u>	<u>28.141</u>	<u>26.098</u>	<u>1.253</u>	<u>50.195</u>	<u>1.717</u>	<u>1.471</u>	<u>146.471</u>
Adições	877	4.742	2.683	78	–	5.678	–	666	14.724
Transferências/reclassificações	(4.373)	4.965	(204)	1.639	–	477	–	(1.761)	743
Alienações/baixas	(1.932)	(525)	(4.318)	(1.111)	–	(5.000)	–	–	(11.886)
Saldo em 31.12.2018	<u>16.019</u>	<u>25.331</u>	<u>26.302</u>	<u>27.704</u>	<u>1.253</u>	<u>51.350</u>	<u>1.717</u>	<u>376</u>	<u>150.052</u>
<b>Depreciação acumulada</b>									
Saldo em 31.12.2016	(12.096)	(9.187)	(17.034)	(11.096)	–	(23.246)	(476)	–	(73.135)
Depreciações	(2.436)	(1.568)	(2.526)	(3.905)	–	(4.979)	(162)	–	(15.576)
Transferências/reclassificações	1	93	746	201	–	(7)	–	–	(6)
Alienações/baixas	(236)	–	–	–	–	–	–	–	2.246
Saldo em 31.12.2017	<u>(14.295)</u>	<u>(10.662)</u>	<u>(18.814)</u>	<u>(14.800)</u>	–	<u>(27.262)</u>	<u>(638)</u>	–	<u>(86.471)</u>
Depreciações	(1.518)	(2.541)	(4.802)	(3.836)	–	(4.965)	(155)	–	(14)
Transferências/reclassificações	2.827	(2.833)	33	–	–	(13)	–	–	8.996
Alienações/baixas	1.712	412	3.588	(21)	–	3.305	–	–	–
Saldo em 31.12.2018	<u>(11.274)</u>	<u>(15.624)</u>	<u>(19.995)</u>	<u>(18.657)</u>	–	<u>(28.935)</u>	<u>(793)</u>	–	<u>(95.278)</u>
<b>Imobilizado líquido</b>									
Saldo em 31.12.2017	7.152	5.487	9.327	11.298	1.253	22.933	1.079	1.471	60.000
Saldo em 31.12.2018	4.745	9.707	6.307	9.047	1.253	22.415	924	376	54.774
Taxas de depreciação – a.a.	6%	14%	11%	4%		11%	3%		

**12 Intangível**

A movimentação é como segue:

	Controladora			Total
	Software	Intangível em andamento		
<b>Custo do intangível</b>				
Saldo em 31.12.2016	23.249	14.063	37.312	
Adições	3.297	19.420	22.717	
Transferências/Reclassificações	–	(17.573)	–	
Alienações/baixas	(704)	(242)	(946)	
Saldo em 31.12.2017	<u>43.415</u>	<u>15.668</u>	<u>59.083</u>	
Adições	2.719	10.595	13.314	
Transferências/Reclassificações	590	(590)	–	
Outros (*)	–	(11.780)	(11.780)	
Alienações/baixas	(35)	–	(35)	
Saldo em 31.12.2018	<u>46.689</u>	<u>13.893</u>	<u>60.582</u>	
<b>Amortização acumulada</b>				
Saldo em 31.12.2016	(5.757)	–	(5.757)	
Amortizações	(6.003)	–	(6.003)	
Saldo em 31.12.2017	<u>(11.760)</u>	–	<u>(11.760)</u>	
Amortizações	(8.773)	–	(8.773)	
Alienações/baixas	36	–	36	
Saldo em 31.12.2018	<u>(20.497)</u>	–	<u>(20.497)</u>	
<b>Intangível líquido</b>				
Saldo em 31.12.2017	31.655	15.668	47.323	
Saldo em 31.12.2018	26.192	13.893	40.085	
Taxas de amortização – a.a.	20%			

(\*) Software em desenvolvimento na Controladora transferido para as Controladas.

	Controladora							Total	Consolidado
	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Direito de exploração (d)	Software	Intangível em andamento (e)	Adiantamento fornecedores		
<b>Custo do intangível</b>									
Saldo em 31.12.2016	10.240.153	351.939	130.144	12.941	52.416	2.529.675	4.900	13.322.168	
Adições	725.562	1.501.574	–	–	5.866	1.263.654	38.733	3.535.389	
Transferências/Reclassificações	2.067.761	–	–	–	18.234	(2.056.547)	(29.675)	(227)	
Alienações/baixas	(11.862)	–	–	–	(704)	(1.149)	(34)	(13.749)	
Saldo em 31.12.2017	<u>13.021.614</u>	<u>1.853.513</u>	<u>130.144</u>	<u>12.941</u>	<u>75.812</u>	<u>1.735.633</u>	<u>13.924</u>	<u>16.843.581</u>	
Adições	505.751	–	–	–	6.067	831.543	17.187	1.360.548	
Transferências/reclassificações	570.808	–	–	–	699	(566.187)	(6.063)	(743)	
Alienações/baixas	(34.767)	–	–	–	(3.539)	(332)	(15)	(38.653)	
Saldo em 31.12.2018	<u>14.063.406</u>	<u>1.853.513</u>	<u>130.144</u>	<u>12.941</u>	<u>79.039</u>	<u>2.000.657</u>	<u>25.033</u>	<u>18.164.733</u>	
<b>Amortização acumulada</b>									
Saldo em 31.12.2016	(3.014.006)	(307.136)	(95.050)	(8.251)	(24.705)	–	–	(3.449.148)	
Amortizações	(716.233)	(26.166)	(11.488)	(1.078)	(9.481)	–	–	(764.446)	
Transferências/Reclassificações	16	–	–	–	(16)	–	–	–	
Alienações/baixas	319	–	–	–	–	–	–	319	
Saldo em 31.12.2017	<u>(3.729.904)</u>	<u>(333.302)</u>	<u>(106.538)</u>	<u>(9.329)</u>	<u>(34.202)</u>	–	–	<u>(4.213.275)</u>	
Amortizações	(943.523)	(8.604)	(5.328)	(532)	(11.868)	–	–	(969.855)	
Transferências/reclassificações	(14)	–	–	–	–	–	–	(14)	
Alienações/baixas	16.391	–	–	–	3.550	–	–	19.941	
Saldo em 31.12.2018	<u>(4.657.050)</u>	<u>(341.906)</u>	<u>(111.866)</u>	<u>(9.861)</u>	<u>(42.520)</u>	–	–	<u>(5.163.203)</u>	
<b>Intangível líquido</b>									
Saldo em 31.12.2017	9.291.710	1.520.211	23.606	3.612	41.610	1.735.633	13.924	12.630.306	
Saldo em 31.12.2018	9.406.356	1.511.607	18.278	3.080	36.519	2.000.657	25.033	13.001.530	
Taxas de amortização – a.a.	4,71%	0,33%	0,33%	6,66%	12,42%				

No exercício findo em 31/12/2018, a Sociedade capitalizou o montante de R\$87.449 (R\$173.712 em 31/12/2017) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização, em relação ao valor dos principais das dívidas, em 2018 foi de 10,14% e 3,87% em 2017. A Administração preparou as projeções de fluxo de caixa descontado para cada uma das concessionárias do grupo e concluiu que não há necessidade de constituição de provisão para impairment dos ativos intangíveis em 31/12/2018 e de 2017. (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arcação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o prazo final de cada concessão. (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 17. O saldo adicionado em 2017 de R\$1.501.574, refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente da ViaPaulista. (c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da OHL Participações, antiga controladora da Autovias e Centrovias. Esse valor está sendo amortizado linearmente até o final do período da concessão (d) Refere-se a valor assumido pela Latina Manutenção para exploração de granito e gnaise a serem utilizados em obras de infraestrutura de sociedades pertencentes ao Grupo Arteris e instalação e guarda de equipamentos para a realização das obras. (e) Refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, tendo como principais a duplicação da BR101/RJ, o contorno de Florianópolis, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arcação e monitoramento de tráfego, sinalização e outras obras.

**13 Empréstimos e Financiamentos**

As movimentações de empréstimos e financiamentos da Controladora são como segue:

	Controladora				Total
	Circulante	Não circulante	2018 Total	2017 Total	
<b>Moeda local</b>					
Saldo em inicial	79.893	–	79.893	–	–
Captações/Renovações	–	–	–	773.308	773.308
Juros provisionados	591	–	591	24.961	24.961
Amortização de principal	(72.400)	–	(72.400)	(702.600)	(702.600)
Pagamento de juros	(8.084)	–	(8.084)	(15.776)	(15.776)
Saldo final	–	–	–	79.893	79.893
Saldo custo de transação	–	–	–	(184)	(184)
	–	–	–	79.709	79.709

	Controladora				Total
	Circulante	Não circulante	2018 Total	2017 Total	
<b>Moeda estrangeira</b>					
Saldo em inicial	166.999	–	166.999	164.572	164.572
Captações/Renovações	–	187.500	187.500	159.622	159.622
Juros provisionados	27.243	6.240	33.483	5.526	5.526
Imposto de renda retido sobre juros	(777)	–	(777)	(831)	(831)
Amortização de principal	(187.455)	–	(187.455)	(157.930)	(157.930)
Pagamento de juros	(4.097)	–	(4.097)	(3.960)	(3.960)
Saldo final	1.913	193.740	195.653	166.999	166.999

As movimentações de empréstimos e financiamentos do consolidado são como segue:

	2018			2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
<b>Moeda local</b>						
Saldo em inicial	409.017	2.643.318	3.052.335	297.751	2.850.560	3.148.311
Captações/ Renovações	108.481	946.147	1.054.628	885.530	55.454	940.984
Juros provisionados	284.028	4.017	288.045	290.219	307.603	307.603
Amortização de principal	(473.888)	–	(473.888)	(1.083.246)	–	(1.083.246)



... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

15 Partes Relacionadas

As transações efetuadas com partes relacionadas são relativas a despesas administrativas, mútuos e debêntures privadas para capital de giro e execução do plano de investimentos do grupo. Os saldos em 31/12/2018 de 2017 e as transações realizadas em 31/12/2018 e de 2017, com partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Table with columns: Ativo circulante, Controladora, Consolidado, 2018, 2017. Rows include Contas a receber, Autovias S.A. (a), Centrovias S.A. (a), Intervias S.A. (a), Vianorte S.A. (a), Planalto Sul S.A. (a), Fluminense S.A. (a), Fernão Dias S.A. (a), Régis Bittencourt S.A. (a), Litoral Sul S.A. (a), Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a), Arteris Participações (a), ViaPaulista S.A. (a - i), Juros sobre capital próprio, Autovias S.A. (d), Centrovias S.A. (d), Intervias S.A. (d), Vianorte S.A. (d), Arteris Participações (d), Dividendos a receber, Autovias S.A. (d), Intervias S.A. (d), Régis Bittencourt S.A. (d), Fluminense S.A. (b), Litoral Sul S.A. (b), Debêntures, Fluminense S.A. (e), Régis Bittencourt S.A. (f), Litoral Sul S.A. (g), Outras partes relacionadas, PDC Participações S.A., Abertis Infraestrutura Finance BV, Total, Ativo não circulante, Controladas, Empréstimos, Autovias S.A. (b), Régis Bittencourt S.A. (b), Litoral Sul S.A. (b), Debêntures, Fluminense S.A. (e), Régis Bittencourt S.A. (f), Litoral Sul S.A. (g), Total, Passivo circulante, Controladas, Empréstimos, Autovias S.A. (c), Centrovias S.A. (c), Intervias S.A. (c), Vianorte S.A. (c), Debêntures, Intervias S.A. (h), Controladas, Contas a pagar, Autovias S.A. (a), Centrovias S.A. (a), Intervias S.A. (a), Vianorte S.A. (a), Planalto Sul S.A. (a), Fluminense S.A. (a), Fernão Dias S.A. (a), Régis Bittencourt S.A. (a), Litoral Sul S.A. (a), Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a), Dividendos propostos, Partícipes em Brasil S.L. Unipersonal, Partícipes em Brasil II, S.L., Brookfield Aylesbury S.A.R.L., PDC Participações S.A., Total, Passivo não circulante, Controladas, Empréstimos, Autovias S.A. (c), Centrovias S.A. (c), Intervias S.A. (c), Vianorte S.A. (c), Debêntures, Autovias S.A. (h), Intervias S.A. (h), Total.

Table with columns: Receitas (despesas) financeiras líquidas, Controladora, Consolidado, 2018, 2017. Rows include Autovias S.A., Centrovias S.A., Intervias S.A., Vianorte S.A., Planalto Sul S.A., Fluminense S.A., Fernão Dias S.A., Régis Bittencourt S.A., Litoral Sul S.A., Total.

(a) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris adota um critério de rateio de custos da "Holding", baseando-se na receita das empresas do Grupo Arteris, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias. (b) Contratos de mútuo ativo com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,4% a 2,0% ao ano com vencimentos de juros e principal a partir de dezembro de 2019. (c) Mútuo de mútuo passivo com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,7% ao ano com vencimentos de juros e principal, em dezembro de 2019 para Vianorte, Autovias, Centrovias e Intervias. (d) Refere-se a dividendos e juros sobre capital próprio a receber. (e) Refere-se a instrumento particular de escritura de 2ª, 3ª e 4ª emissão de debêntures simples, de série única, não conversível em ações, da espécie subordinada, celebrado entre a Fluminense e Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos da Fluminense. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de spread de 1,5% ao ano, com vencimento do principal e juros previsto para 10/04/2019, 03/07/2019 e 19/10/2019. (f) Refere-se a instrumentos particulares de escritura de 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª emissões de debêntures, de séries únicas, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrados entre a Régis Bittencourt e Arteris, cuja destinação de recursos será para execução do plano de investimentos da Régis Bittencourt. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de spread de 1,5% ao ano, com vencimento do principal e juros da 2ª emissão em 27/04/2019, da 3ª emissão em 25/07/2019, da 4ª emissão em 19/08/2019, da 5ª emissão em 18/09/2019 e da 6ª emissão em 19/10/2019. A 2ª emissão foi totalmente liquidada em 14.05.2018. (g) Refere-se a instrumentos particulares de escritura de 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª emissões de debêntures, de séries únicas, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrado entre a Litoral Sul e Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos da Litoral Sul. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de spread de 1,4% para a 2ª emissão, 1,5% ao ano para as 3ª, 4ª e 5ª emissões e 1,0% ao ano para a 6ª emissão, com vencimento do principal e juros em 31/03/2019 para 2ª emissão, 28/04/2019 para 3ª emissão, 03/07/2019 para 4ª emissão, 19/08/2019 para 5ª emissão e 21/05/2021 para a 6ª emissão. (h) Refere-se a instrumento particular de escritura de 4ª e 6ª emissão de debêntures, de série única, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrado entre a Intervias e Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos de outras concessões do Grupo Arteris. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de spread de 2,0% ao ano para a 4ª emissão e 1,2% ao ano para a 6ª emissão, com vencimento do principal e juros em 25/06/2019 para 4ª emissão e 02/08/2021 para a 6ª emissão. (i) Refere-se a despesas iniciais da concessionária pagas pela Controladora que serão reembolsadas no primeiro trimestre de 2019. Além das operações anteriormente mencionadas, a Latina Manutenção realizou em 31/12/2018 obras nas rodovias, registradas no intangível das concessionárias, que no consolidado representam o valor de R\$54.389 (R\$172.494 em 31/12/2017). No decorrer do exercício findo em 31/12/2018, a Sociedade reconheceu o montante de R\$7.096 (R\$1.661 em 31/12/2017) na Controladora, já descontado o rateio de despesas efetuado pela Arteris, e de R\$26.071 (R\$27.160 em 31/12/2017) no Consolidado, a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos. Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e as suas controladas, tampouco possuem benefícios indiretos. A remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos em até R\$18.850 para a Controladora e R\$35.650 para o Consolidado. Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade e suas controladas com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

16 Benefícios a Empregados

A Sociedade e suas controladas concedem a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo dessa participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme a mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o Programa de Participação nos Resultados "PPR" registrados em 31/12/2018, na rubrica "Obrigações sociais" são de R\$8.730 na Controladora (R\$12.746 em 31/12/2017) e R\$27.700 no consolidado (R\$35.425 em 31/12/2017). Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa. O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA – Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade. A Sociedade e suas controladas prevêm a seus empregados benefícios de assistência médica, assistência odontológica e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

17 Credores pela Concessão

Referem-se aos valores dos ônus das concessões obtidas pelas controladas Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte, devidas ao DER/SP pela outorga das concessões estaduais, ajustadas a valor presente. Para a controlada ViaPaulista, refere-se ao valor do ônus da concessão, devido a Arteris

pela outorga da concessão, ajustado a valor presente. Os valores dos ônus das concessões serão liquidados em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em setembro de 1998 pela Autovias, em junho de 1998 pela Centrovias, em fevereiro de 2000 pela Intervias e em março de 1998 pela Vianorte. Os montantes são reajustados pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento foi efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês. O valor do ônus da controlada ViaPaulista será liquidado em duas parcelas, sendo que a primeira foi paga na data da assinatura do contrato, em conjunto com o ágio ofertado corrigido, e a segunda parcela da outorga fixa a ser liquidada na data da assinatura do Termo de Transferência do Sistema Fiemanescente, será corrigida desde a data base do contrato em outubro de 2017. Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

Table with columns: Circulante, Não circulante, Valor presente, Valor real em (R\$), 2018, 2017. Rows include Autovias, Centrovias, Intervias, Vianorte, ViaPaulista, Total.

(\*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do exercício, inseridos somente como informação adicional. (a) Valor variável correspondente a 1,5% da receita bruta de pedágio mensal. Em 14/12/2013, o conselho diretor da ARTESP prorrogou por prazo indeterminado a autorização concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de outorga variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as receitas das concessionárias). (b) Valor variável correspondente a 1,5% da receita bruta mensal de pedágio e 25% das receitas mensais acessórias efetivamente obtidas, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. A quantidade de parcelas a partir de 31/12/2018 está assim representada:

Table with columns: Parcelas, Circulante, Não circulante, Total. Rows include Intervias, ViaPaulista.

Os valores pagos pelas controladas da Sociedade no decorrer dos exercícios findos em 31/12/2018 e de 2017 ao Poder Concedente estão assim representados:

Table with columns: 2018, Fixa, Variável, Valor pago. Rows include Autovias, Centrovias, Intervias, Vianorte, Total.

Table with columns: 2017, Fixa, Variável, Valor pago. Rows include Autovias, Centrovias, Intervias, Vianorte, Total.

(a) Do montante pago pela ViaPaulista ao poder concedente, R\$237.326 refere-se a primeira parcela da outorga e R\$1.039.903 ao ágio ofertado. Em 31/12/2018, as parcelas relativas ao valor presente classificadas no passivo não circulante apresentavam vencimento para 2020.

18 Provisões

Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios: A Sociedade e suas controladas têm reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, à ações cíveis em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas, fiscais e regulatórios. A Administração constitui, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade e de suas controladas. A movimentação dos saldos individuais e consolidados dos riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios durante o exercício findo em 31/12/2018 e de 2017 é conforme segue:

Table with columns: 2017, Adições, Reversões, Pagamentos, Encargos, 2018. Rows include Trabalhistas, Fiscal, Total, 2016, Adições, Reversões, Pagamentos, Encargos, 2017, Cíveis, Trabalhistas, Regulatório, Fiscal, Total, 2016, Adições, Reversões, Pagamentos, Encargos, 2017, Cíveis, Trabalhistas, Regulatório, Fiscal, Total.

As principais movimentações nos processos cíveis referem-se a indenizações a terceiros, na esfera trabalhista em sua maioria referem-se a processos de responsabilidade solidária sobre contratação de terceiros em obras nas concessionárias e no regulatório, os principais movimentos referem-se a processos administrativos e judiciais relativos a ANTT e ARTESP. Periodicamente as concessionárias realizam revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 31/12/2018 a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos totalizando R\$47.926 (R\$46.595 em 31/12/2017). Existem ainda outros processos com a ANTT e ARTESP cuja probabilidade de perda é possível de acordo com os assessores jurídicos da Sociedade e que totalizam R\$50.263 (R\$41.236 em 31/12/2017). Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas são parte em processos cíveis, trabalhistas e fiscais, ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível de perda por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$52.169 em 31/12/2018 (R\$41.992 em 31/12/2017). Em 31/12/2018 os depósitos judiciais de R\$6.290 e R\$88.193, na Controladora e no consolidado, respectivamente, (R\$6.279 e R\$93.779, respectivamente, em 31/12/2017), classificados no ativo não circulante, referem-se a discussões judiciais em que não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto, exceto no consolidado onde o montante de R\$4.760 está relacionado a processos cujo prognóstico de perda é provável e as provisões foram registradas pelas Sociedades. O saldo de R\$88.193 de depósitos judiciais no consolidado é composto da seguinte forma: R\$66.433 referentes a indenizações para desapropriações de obras nas concessionárias federais, R\$10.335 referentes a ações trabalhistas, R\$6.806 referente a processos fiscais, R\$1.565 referente a processos cíveis, e R\$3.054 referente a depósitos de naturezas diversas, das concessionárias estaduais, federais e da Controladora. Provisão para manutenção e investimentos: A provisão para manutenção é calculada com base na melhor estimativa considerando os valores da próxima intervenção. A provisão para investimentos é calculada considerando os valores até o final da concessão com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos na construção e melhoria de rodovias. A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os exercícios findos em 31/12/2018 e de 2017 é conforme segue:

Table with columns: Circulante, Não circulante, Total, Investimentos em rodovia, Manutenção em rodovia, Investimentos em rodovia, Manutenção em rodovia, Investimentos em rodovia, Manutenção em rodovia. Rows include Provisões, Saldo em 31.12.2017, Adições/Reversões, Utilizações, Ajuste a valor presente, Transferências, Saldo em 31.12.2018, 2016, Circulante, Não circulante, Total, Investimentos em rodovia, Manutenção em rodovia, Investimentos em rodovia, Manutenção em rodovia, Saldo em 31.12.2016, Adições/Reversões, Utilizações, Ajuste a valor presente, Transferências, Saldo em 31.12.2017.

A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam as saídas de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. Em 31/12/2018 a administração revisou determinados critérios e passou a usar a taxa de desconto de 7,30% ao ano (6,40% ao ano em 31/12/2017) para a provisão de manutenção. A atual taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na ponderação de coeficientes como taxa interna de retorno, custo médio da dívida e taxa WACC – Weighted Average Cost of Capital. A administração entende que esta taxa, é a mais adequada aos aspectos econômicos dos negócios geridos pelo grupo. Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31/12/2018 referentes às manutenções realizadas foram de R\$476.275 (R\$459.797 em 31/12/2017).

19 Patrimônio Líquido

Capital social: O capital social em 31/12/2018 é de R\$5.103.848 (5.047.469 em 31/12/2017) e está representado por 731.481.274 ações (726.415.783 em 31/12/2017) ordinárias sem valor nominal. Foi realizado aumento de capital de R\$56.379, mediante a capitalização de dividendos conforme AGO/E de 27/04/2018. Em 2017 foi realizado aumento de capital de R\$ 1.871.653 com emissão de 174.896.715 ações. Reserva legal e retenção de lucros – Controladora: O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado a reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76. Distribuição de dividendos – Controladora: O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Table with columns: 2018, 2017. Rows include Lucro líquido do exercício, Reserva legal de 5%, Base de cálculo, Dividendos estatutários obrigatórios, Total, Quantidade de ações, Dividendo por ação.

Em 31/12/2018 não há constituição de dividendos mínimos obrigatórios devido ao resultado final apurado no exercício de 2018 ter apresentado prejuízo líquido.

20 Receitas

Estão representadas e a conciliação entre receita bruta e receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

Table with columns: 2018, 2017, Consolidado. Rows include Receita de serviços prestados, Receita de serviços de construção, Outras receitas, Receita bruta, ISSQN, PIS, COFINS, Outras deduções, Receita líquida.

21 Custos e Despesas por Natureza

Estão representados por:

Table with columns: 2018, 2017, Consolidado. Rows include Despesas, Com pessoal, Serviços de terceiros, Manutenção de bens e conservação, Depreciação/Amortização, Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, Comunicação e marketing, Seguros/Garantias, Consumo, Transportes, Indenizações a terceiros, Publicações legais, Outros, Total.

Table with columns: 2018, 2017, Consolidado. Rows include Custos, Custos de serviços da construção, Com pessoal, Serviços de terceiros, Conservação, Manutenção e conservação de móveis e imóveis, Consumo, Transportes, Custos com o poder concedente, Verba de Fiscalização, Recursos para desenvolvimento tecnológico, Seguros/Garantias, Provisão de manutenção em rodovias, Depreciação/Amortização, Amortização/Outorga, Outros, Total.

Table with columns: 2018, 2017, Consolidado. Rows include Custos de serviços da construção, Com pessoal, Serviços de terceiros, Conservação, Manutenção e conservação de móveis e imóveis, Consumo, Transportes, Custos com o poder concedente, Verba de Fiscalização, Recursos para desenvolvimento tecnológico, Seguros/Garantias, Provisão de manutenção em rodovias, Depreciação/Amortização, Amortização/Outorga, Outros, Total.

22 Resultado Financeiro

Está representado por:

Table with columns: 2018, 2017, Consolidado. Rows include Receitas financeiras, Juros ativos, Aplicações financeiras, Encargos financeiros – ajuste a valor presente, Ganho em operações de swap, Ganho no ajuste de valor de mercado de derivativos, Outras receitas, Total, Despesas financeiras, Encargos financeiros, Atualização montária do ônus da concessão, Encargos financeiros – ajuste a valor presente, Perdas em operações de swap, Outras despesas, Total.

Table with columns: 2018, 2017, Consolidado. Rows include Variação cambial, Variação cambial líquida.

23 Demonstração dos Fluxos de Caixa

a) Caixa e equivalentes de caixa: A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5. b) Informações suplementares

Table with columns: 2018, 2017, Consolidado. Rows include Integralização de capital – reservas de lucro, Integralização de capital em controladas – mútuos, Integralização de capital – Dividendos a pagar, Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa: Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do período, Total, Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa: Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, caução contratuais e obrigações fiscais, Integralização de capital – reservas de lucro, Juros capitalizados, Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa: Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do período, Total.

24 Lucro (Prejuízo) por Ação

O cálculo básico de lucro (prejuízo) por ação é feito por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizadas no cálculo do lucro (prejuízo) básico e diluído por ação:

Table with columns: 2018, 2017, Consolidado. Rows include Básico/Diluído, Lucro (prejuízo) líquido do exercício, Número de ações durante o exercício, Lucro (prejuízo) por ação, Não há diferença entre lucro (prejuízo) básico e lucro (prejuízo) diluído por ação, pois não houve durante os exercícios findos em 31/12/2018 e de 2017, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

25 Instrumentos Financeiros

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme quadro a seguir:

Table with columns: 2018, 2017, Consolidado. Rows include Mensurados a valor justo por meio de resultado, Custo amortizado, Mensurados a valor justo por meio de resultado, Custo amortizado, Equivalentes de caixa, Partes relacionadas, Outras contas a receber, Dividendos a receber, Derivativo ativo, Fornecedores e caução contratuais, Empréstimos e financiamentos, Debêntures, Partes relacionadas, Outras contas a pagar, Derivativo passivo, Total.

Table with columns: 2018, 2017, Consolidado. Rows include Mensurados a valor justo por meio de resultado, Custo amortizado, Mensurados a valor justo por meio de resultado, Custo amortizado, Equivalentes de caixa, Partes relacionadas, Contas a receber clientes, Aplicações financeiras vinculadas, Outras contas a receber, Derivativo ativo, Fornecedores e caução contratuais, Empréstimos e financiamentos, Debêntures, Credores pela concessão, Taxa de fiscalização, Outras contas a pagar, Derivativo passivo, Total.

O quadro acima apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 e as novas categorias de mensuração de acordo com o CPC 48 e IFRS 9. O pronunciamento técnico CPC 48 e IFRS 9 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração. O pronunciamento técnico CPC 48 e IFRS 9 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado. Os seguintes métodos e premissas foram adotados: Ativo ou Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado: Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo, pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à TJLP aproximam-se dos seus valores justos em razão da Taxa de Juros

continua ...



... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

de Longo Prazo – TJLP ser uma taxa que, apesar de pré-fixada, não sofre variações, uma vez que é pré-determinada todos os trimestres pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Estimativa de valor justo: A Sociedade possui os seguintes saldos de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo:

Instrumento	Valor de referência (nacional) R\$ mil	Valor justo do instrumento – ganho (perda)	Índice do banco		Índice da Sociedade	
			Índice	Taxa de juros	Índice	Taxa de juros
SWAP-Scotia Bank	195.990	3.573	US\$	4,31% a.a.	R\$	CDI+1,15% a.a.

#### Instrumento financeiro derivativo

A Sociedade classifica os instrumentos derivativos em "financeiros". Os "financeiros" são derivativos do tipo "swap" contratados para proteger o risco cambial dos fluxos de caixa dos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira. Em 31/12/2018 e de 2017, o contrato aberto de "swap" possui vencimento em setembro de 2020 e foi celebrado com contraparte representada pelo Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo, em 25/09/2018.

Controladora/Consolidado			
2018		2017	
Valor Principal (Notional)	Valor justo	Valor Principal (Notional)	Valor justo
Ponta Ativa:			
Posição Comprada Dólar	195.990	196.258	167.282
Total	195.990	196.258	167.319
Ponta Passiva:			
Taxa CDI pós-fixada	191.087	194.685	163.979
Total	191.087	194.685	165.457
Instrumento financeiro derivativo líquido	4.903	3.573	3.303
			1.862

A operação de "swap" financeiro consiste na troca da variação cambial por uma correção relacionada a um percentual da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI pós-fixado. Para o instrumento financeiro derivativo mantido pela Sociedade em 31/12/2018, devido ao fato de os contratos serem efetuados diretamente com instituições financeiras e não por meio da BM&FBOVESPA, não há margens depositadas como garantia das referidas operações.

#### 26 Gestão de Risco

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade e de suas controladas estão apresentados a seguir: **Riscos de mercado:** a) Exposição a riscos cambiais: O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A característica deste instrumento e os riscos aos quais estão atrelados estão descritos a seguir: A Sociedade está exposta ao risco de câmbio resultante de instrumentos financeiros em moedas diferentes de suas moedas funcionais. Em 31/12/2018 e de 2017, a Sociedade está exposta basicamente ao risco de flutuação do dólar norte-americano. Para proteger a exposição cambial, a Sociedade contratou operação com instrumento financeiro derivativo do tipo "swap". O derivativo contratado pela Sociedade deverá limitar a perda referente à desvalorização cambial em relação ao lucro líquido projetado para o período em curso. Em 31/12/2018, o balanço patrimonial da Controladora e Consolidado inclui contas denominadas em moeda estrangeira que representam um passivo de R\$195.653 (R\$166.999 em 31/12/2017). Essas contas são protegidas com o derivativo tipo "swap". **Análise de sensibilidade:** Na análise de sensibilidade relacionada ao risco de exposição cambial a Administração da Sociedade entende que há necessidade de considerar além dos ativos e passivos, com exposição à flutuação das taxas de câmbio, registrados no balanço patrimonial, o valor da curva dos instrumentos financeiros contratados pela Sociedade para proteção de determinadas exposições, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Controladora/Consolidado	
195.653	
Empréstimos e financiamentos no Brasil em moeda estrangeira	191.087
Valor da curva do derivativo financeiro	4.566
Exposição cambial líquida	4.566

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa do câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro antes da tributação.

Descrição	Controladora		
	Risco da sociedade	Cenário I (provável)	Cenário II (+25%)
Exposição cambial líquida	Alta do dólar	4.566	6.849
O cenário provável considera as taxas futuras de dólar norte-americano, conforme cotação de câmbio R\$/US\$ obtidas no Banco Central, de 31/12/2018, na data prevista do vencimento do instrumento financeiro. Os cenários II e III consideram uma alta do dólar norte-americano de 25% (4,84 R\$/US\$) e de 50% (5,81 R\$/US\$), respectivamente. Os cenários provável, II e III estão sendo apresentados em atendimento à Instrução CVM nº 475/08. A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio e apresenta o referido cenário em atendimento à IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações. A Sociedade e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação. b) Exposição a riscos de taxas de juros: A Sociedade, por meio de suas controladas, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Em atendimento à Instrução CVM nº 475, em 31/12/2018, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidas das aplicações financeiras. A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis). Com relação ao patrimônio do Grupo, não existe impacto significativo.			

Indicadores	Controladora		
	Cenário I (provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
CDI	7,00%	8,75%	10,50%
Juros a incorrer – BNDES e Debêntures (*)	(218.360)	(262.969)	(307.557)
Receita de aplicações financeiras	11.167	13.959	16.751
Receita financeira de mútuo (*)	114.437	138.498	162.560
Juros a incorrer CDI líquido (*)	(92.756)	(110.512)	(128.246)
IPCA	4,10%	5,13%	6,15%
Juros a incorrer – BNDES e Debêntures (*)	(16.026)	(17.862)	(19.698)
Juros a incorrer líquido	(108.782)	(128.374)	(147.944)

Indicadores	Consolidado		
	Cenário I (provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
CDI	7,00%	8,75%	10,50%
Juros a incorrer – BNDES e Debêntures (*)	(226.629)	(273.715)	(320.799)
Receita de aplicações financeiras	71.675	89.596	107.519
Juros a incorrer – Notas Promissórias (*)	(86.986)	(98.227)	(109.468)
Juros a incorrer CDI líquido (*)	(241.940)	(282.346)	(322.748)
TJLP	7,03%	8,79%	10,55%
Juros a incorrer – BNDES (*)	(300.700)	(354.900)	(409.100)
IPCA	4,10%	5,13%	6,15%
Juros a incorrer – BNDES e Debêntures (*)	(37.159)	(40.942)	(44.724)
Juros a incorrer – Debêntures	(41.872)	(46.593)	(51.315)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(79.031)	(87.535)	(96.039)
Juros a incorrer líquido	(621.671)	(724.781)	(827.887)

Fonte dos índices: Relatório Focus – BACEN. (\*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor. Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo IFRS, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM. c) Risco de crédito: Em 31/12/2018 as controladas apresentavam letras a receber no valor de R\$125.393 (R\$138.369 em 31/12/2017) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. ("Sem Parar"), Dbrans, Conectar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registradas na rubrica "Contas a receber". As controladas possuem cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio. d) Risco de liquidez e gestão de capital: O risco de liquidez é gerenciado pela Controladora, que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Controladora					
	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2019	2020	2021	2022	2023 em diante
Debêntures – CDI	8,20%	115.532	115.064	842.176	756.229	–
Debêntures – IPCA	9,61%	8.423	8.180	7.976	314.368	–
Capital de giro	7,72%	13.975	201.532	–	–	–
Fornecedores e caução contratuais	–	4.673	47	–	–	–
Outras contas a pagar	–	4.199	–	–	–	–
Partes relacionadas	7,56%	664.886	81.037	81.037	81.037	–
		811.688	405.860	931.189	1.151.634	3.300.372

Modalidade	Controladora					
	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	01/01 a 31/03/2019	01/04 a 30/06/2019	01/07 a 30/09/2019	01/10 a 31/12/2019	Total
Debêntures – CDI	8,20%	–	56.831	–	58.701	115.532
Debêntures – IPCA	9,61%	–	–	–	8.423	8.423
Capital de giro	7,72%	6.789	–	7.186	–	13.975
Fornecedores e caução contratuais	–	4.673	–	–	–	4.673
Outras contas a pagar	–	4.199	–	–	–	4.199
Partes relacionadas	7,56%	166.222	166.222	166.222	166.222	664.886
		181.883	223.053	173.408	233.346	811.688

Modalidade	Consolidado					
	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2019	2020	2021	2022	2023 em diante
Debêntures – CDI	7,95%	602.908	360.761	880.506	886.414	428.931
Debêntures – IPCA	9,51%	347.945	42.155	50.161	387.186	432.426
Finame	6,40%	58.476	58.136	57.873	57.633	155.018
Fornecedores e caução contratuais	9,91%	259.835	732	–	–	260.567
BNDES Automático	9,58%	545.070	560.153	569.487	567.112	1.663.116
Capital de giro	8,09%	38.538	864.171	–	–	902.709
Fornecedores e caução contratuais	–	273.223	949	–	–	274.172
Outras contas a pagar	–	47.585	1.173	–	–	48.758
		2.173.580	1.888.230	1.558.027	1.898.345	2.679.491
						10.197.673

#### Conselho de Administração

Humberto Ramos de Freitas Presidente do Conselho	Fernando Martínez Caro Conselheiro	Henrique Carsalado Martins Conselheiro	Marta Casas Caba Conselheira	Martí Carbonell Mascaro Conselheiro
Andre Dorf Conselheiro	Francisco José Aljaro Navarro Conselheiro	Jorge Fernandez Montoli Conselheiro	Marcos Pinto Almeida Conselheiro	

#### Diretoria

Andre Dorf Diretor Presidente	Juan Gabriel Lopez Moreno Diretor Econômico Financeiro/ Diretor de Relação com Investidores	Flavia Lucia Mattioli Tâmega Diretora Jurídica	Linomar Barros Deroldo – Diretor Marco Antonio Giusti – Diretor	Sergio Moniz Barretto Garcia Diretor
----------------------------------	---	---	--	---

#### Contador

José Balestro Neto CRC 1SP 319.487/C-0
---

#### Conselho Fiscal

Marcello Del Raso Alvarado Davis Conselheiro Titular	Débora Nogueira Messias de Miranda Conselheiro Titular	Fernando Bernardes Boniolo Ziziotti Conselheiro Titular	Luiz Gustavo Rodrigues Pereira Conselheiro Suplente	Isacson Casuich Conselheiro Suplente	Rodrigo Angrimani Norris Gabrielli Conselheiro Suplente
---	---	--	--	---	--

#### Parecer do Conselho Fiscal

Em reunião realizada nesta data, às 11:00 horas, os membros do Conselho Fiscal da Arteris S.A. ("Companhia"), atendendo ao disposto no Artigo 163 da Lei nº 6.404/76, após exame dos documentos e propostas da Administração submetidos a sua análise nesta data, e considerando o parecer sem ressalva emitido pelos auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, por unanimidade **opina favoravelmente** à aprovação, em Assembleia Geral Ordinária da Companhia, e com base no Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 (tais documentos foram autenticados pela mesa e arquivados na Companhia). Tendo em vista a não apuração de resultado positivo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, prejuízo de R\$198.471.049,79, conforme consta das

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.				Consolidado	
	01/01 a 31/03/2019	01/04 a 30/06/2019	01/07 a 30/09/2019	01/10 a 31/12/2019	Total	
Debêntures – CDI	7,95%	62.784	89.461	6.707	602.908	
Debêntures – IPCA	9,51%	1.408	3.743	1.511	347.945	
Finame	6,40%	18.277	13.439	13.379	58.476	
Créditos pela concessão	9,91%	252.680	2.385	2.385	259.835	
BNDES Automático	9,58%	135.393	135.393	136.990	545.070	
Capital de giro	8,09%	31.352	–	7.186	38.538	
Fornecedores e caução contratuais	–	199.712	34.567	4.720	273.223	
Outras contas a pagar	–	47.526	44	13	47.585	
		749.132	279.032	172.891	972.525	
					2.173.580	

#### 27 Informações por Segmento de Negócio

A Sociedade adotou o CPC 22 e a IFRS 8 – Informações por Segmento a partir de 01/01/2009, os quais requerem que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho. Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios em construção e concessão de rodovias. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características estão mencionadas nas notas explicativas nº 2 e nº 4. a) Demonstração do resultado por segmento

Resultado	Eliminações e "holding"				Saldo consolidado
	Concessão	Construção	Total	2018	
Receita líquida do segmento	3.855.913	91.686	3.947.599	(91.686)	3.855.913
Custos	(3.332.148)	(89.326)	(3.421.474)	90.814	(3.330.660)
Lucro bruto	523.765	2.360	526.125	(872)	525.253
Despesas gerais e administrativas	(244.009)	(17.804)	(261.813)	(4.955)	(266.768)
Outras (despesas) receitas operacionais	6.057	2.375	8.432	630	9.062
Receitas financeiras	113.653	170	113.823	(31.058)	82.765
Despesas financeiras	(540.417)	(394)	(540.811)	(27.940)	(568.751)
Variação cambial líquida	9	–	9	(28.476)	(28.467)
Prejuízo operacional antes dos impostos	(140.942)	(13.293)	(154.235)	(92.671)	(246.906)
Imposto de renda e contribuição social:					
Correntes	(108.164)	–	(108.164)	–	(108.164)
Diferidos	167.374	3.361	170.735	(4.806)	165.929
Prejuízo do líquido do período	(81.732)	(9.932)	(91.664)	(97.477)	(189.141)

b) Balanços por segmento

Ativos Circulantes	Eliminações e "holding"			Saldo consolidado	
	Concessão	Construção	Total		
Caixa e equivalentes de caixa	789.629	3.403	793.032	245.227	1.038.259
Contas a receber	139.941	881	140.822	–	140.822
Aplicações financeiras vinculadas	–	–	–	–	–
Contas a receber partes relacionadas	666.671	20.413	687.084	(686.266)	818
Outros circulantes	76.300	21.067	97.367	54.710	152.077
Total circulante	1.672.541	45.764	1.718.305	(386.329)	1.331.976
<b>Não Circulantes</b>					
Aplicações financeiras vinculadas	118.296	–	118.296	–	118.296
Imposto de renda e contribuição social diferidos	515.078	17.613	532.691	(18.617)	514.074
Outros não circulantes	321.240	2.736	323.976	(175.170)	148.806
Imobilizado	28.798	20.017	48.815	5.959	54.774
Intangível	12.957.990	3.455	12.961.445	40.085	13.001.530
Diferido	–	2.166	2.166	(2.166)	–
Total não circulante	13.943.568	43.821	13.987.389	(149.909)	13.837.480
<b>Total dos ativos</b>	<b>15.616.109</b>	<b>89.585</b>	<b>15.705.694</b>	<b>(536.238)</b>	<b>15.169.456</b>

#### Passivos Circulantes

Passivos Circulantes	Eliminações e "holding"			Saldo consolidado	
	Concessão	Construção	Total		
Empréstimos e financiamentos	357.965	105.380	463.345	(98.119)	365.226
Debêntures	703.724	–	703.724	23.494	727.218
Fornecedores e caução contratuais	263.413	5.861	269.274	4.673	273.947
Obrigações sociais e fiscais	137.066	7.527	144.593	52.100	196.693
Créditos pela concessão	259.631	–	259.631	–	259.631
Dividendos Propostos	11.434	–	11.434	(11.434)	–
Sinistros recebidos	–	–	–	–	–
Provisão Manutenção/investimentos	289.162	–	289.162	1.447	290.609
Outros circulantes	1.573.530	(94.994)	1.478.536	(1.426.747)	51.789
Total circulante	3.595.925	23.774	3.619.699	(1.454.586)	2.165.113
<b>Não Circulantes</b>					
Empréstimos e financiamentos	3.262.704	–	3.262.704	196.629	3.459.333
Debêntures	1.030.450	4.645	1.035.095	1.609.529	2.644.624
Créditos pela concessão	732	–	732	–	732
Provisão manutenção/investimentos	222.296	–	222.296	96.271	318.567
Outros não circulantes	462.193	2.009	464.202	(341.196)	123.006
Total não circulante	4.978.375	6.654	4.985.029	1.561.233	6.546.262
Patrimônio líquido	7.041.809	59.157	7.100.966	(642.885)	6.458.081
<b>Total dos passivos</b>	<b>15.616.109</b>	<b>89.585</b>	<b>15.705.694</b>	<b>(536.238)</b>	<b>15.169.456</b>

#### 28 Garantias e Seguros

As concessionárias, por força contratual, mantêm regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus das concessões, quando aplicável. Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, as concessionárias mantêm vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram as concessões, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza. Em 31/12/2

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **Arteris S.A.**

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Arteris S.A. ("Sociedade"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Arteris S.A. em 31/12/2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Arteris S.A. em 31/12/2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB".

**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Sociedade e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfases: Diferença entre práticas contábeis nas demonstrações individuais:** Conforme descrito na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais, no caso da Sociedade, diferem das normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às demonstrações financeiras individuais, somente no que se refere à opção da manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31/12/2008, que é amortizado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. Sem ressalvar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que as controladas Centrovias S.A. e Autovias S.A. detêm a concessão para exploração de suas atividades por 21 e 20 anos, respectivamente, cujas operações terão continuidade, respectivamente, até 19/06/2019 e 01/04/2019. Essa situação indica a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade normal das operações das controladas Centrovias S.A. e Autovias S.A. As demonstrações financeiras das controladas Centrovias S.A. e Autovias S.A. foram preparadas com base no pressuposto do encerramento das operações e incluem ajustes necessários decorrentes desse encerramento. As controladas Centrovias S.A. e Autovias S.A. possuem pleitos em discussão com o Poder Concedente que podem alterar a data do encerramento de suas atividades. A controlada Vianorte S.A. teve o encerramento de suas atividades em 17/05/2018. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

**Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31/12/2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Ativo intangível – Avaliação do risco de redução do valor recuperável do ativo intangível – concessionárias federais:** O ativo intangível é composto principalmente pelos investimentos e pelas obras realizadas nas rodovias e representa 86% do total do ativo nas demonstrações financeiras

consolidadas. A avaliação do valor recuperável do ativo intangível das concessionárias federais da Sociedade, as quais realizam obras de ampliação da capacidade e de melhoramento das rodovias que representam adições expressivas ao ativo intangível, foi significativa para a nossa auditoria, porque o processo de avaliação é complexo, envolve um grau significativo de julgamento por parte da Administração e baseia-se em premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado. Dessa forma, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a utilização de especialistas para a avaliação da razoabilidade das premissas e das metodologias usadas pela Sociedade, em especial aquelas que se referem ao crescimento previsto da receita decorrente de arrecadação de pedágio, que pode ser impactado pela redução ou pelo crescimento econômico, pelas taxas de inflação esperadas, pela evolução demográfica, pelo volume de tráfego de veículos, entre outras premissas. As divulgações da Sociedade sobre o ativo intangível constam na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que evidencia a natureza de cada concessão, bem como os investimentos em melhorias na infraestrutura previstos para os próximos anos; e na nota explicativa nº 12 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que demonstra a movimentação dos saldos de ativo intangível durante o exercício. Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, consideramos aceitável o valor do ativo intangível relacionado às concessões federais no contexto das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2018 tomadas em conjunto.

**Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio:** A receita proveniente de arrecadação de pedágio é decorrente dos termos e das condições estabelecidos nos contratos de concessões rodoviárias, que determinam que "a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários". Anualmente, as tarifas dos pedágios são reajustadas de acordo com os contratos de concessão, o que impacta diretamente a receita de cada concessionária com base no tráfego das rodovias. Os sistemas de arrecadação de pedágio são utilizados para a mensuração e cobrança das passagens de veículos, por meio das vias manuais (cobrança em espécie nas cabines de pedágio) e vias automáticas (abertura automática da cancela do pedágio em decorrência da leitura do dispositivo eletrônico de identificação ("tag") fixado no interior dos veículos, além da leitura da quantidade de eixos de cada veículo passante e a coerência entre o número de eixos cadastrados no "tag" e o número de eixos reais do veículo passante). Considerando esse contexto, identificamos o reconhecimento de receitas provenientes de arrecadação de pedágio como um assunto significativo que exigiu consideração especial de auditoria, além da utilização de especialistas em auditoria de sistemas para dar suporte a nossa avaliação e ao nosso entendimento sobre o funcionamento dos sistemas de arrecadação e para avaliar os controles existentes acerca do reconhecimento de receitas de arrecadação de pedágio. Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, consideramos a receita reconhecida proveniente de arrecadação de pedágio aceitável no contexto das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2018 tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade e de suas controladas são aqueles com responsa-

bilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 27 de fevereiro de 2019

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

CRC nº 2SP 011.609/O-8

Paulo de Tarsos Pereira Jr.

Contador – CRC nº 1SP 253.932/O-4

Deloitte